



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e
Adultos, Diversidade e Inclusão

TED – PROJETO/PLANO DE TRABALHO
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA 2025

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA
a) Unidade Descentralizadora e Responsável Nome do órgão ou entidade descentralizadora: SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão Nome da autoridade competente: MARIA DO ROSARIO FIGUEIREDO TRIPODI Número do CPF: 770.954.646-34 Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: CGPEE - Coordenação Geral de Política Pedagógica da Educação Especial
b) UG SIAFI Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 157055 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: CGPEE - Coordenação Geral de Política Pedagógica da Educação Especial
2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA
a) Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal de Alagoas Nome da autoridade competente: Josealdo Tonholo Número do CPF: 163.923.988-05 Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Pró-Reitoria Estudantil Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 16 de janeiro de 2020, publicado no DOU de 17 de janeiro de 2020
b) UG SIAFI Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 153037 - Universidade Federal de Alagoas Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: 153037 - Universidade Federal de Alagoas
c) E do Tipo Emenda Parlamentar () Sim - Qual número - (x) Não
3. OBJETO: Formação continuada e em serviço – Estado Alagoas
3.1. DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO A SER EXECUTADO Desenvolver práticas formativas visando o fortalecimento político e social, expandindo e consolidando a formação continuada e em serviço das redes públicas de ensino no que tange à Educação Especial Inclusiva. Produzir e difundir conhecimento acerca da Educação Inclusiva e monitorar as ações de formação.
4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED: Meta 1) Ofertar 1000 vagas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas no projeto Aperfeiçoamento para Professores no Atendimento Especializado (CAPAEI) aos estudantes com deficiências visuais e físicas das diversas redes públicas no Estado de Alagoas, voltado para formação de professores, com carga horária de 180 horas , na modalidade semipresencial . Meta 2) Ofertar 400 vagas pela Universidade Federal de Alagoas no projeto Práticas Pedagógicas Inclusivas no contexto da Educação Infantil (PPI-EDI), voltado para formação de professores, com carga horária de 180 horas , na modalidade EaD . Meta 3) Ofertar 360 vagas pela Universidade Federal de Alagoas no projeto Formação Continuada para Gestores Escolares em Ensino Inclusivo de Ciências e Matemática, voltado para formação de gestores, com carga horária de 180 horas , na modalidade semipresencial . Meta 4) Ofertar 200 vagas pela Universidade Federal de Alagoas no projeto Audiodescrever no cotidiano escolar: cultura que floresce em Alagoas, voltado para formação de professores, com carga horária de 90 horas , na modalidade EaD .
5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED: O TED enquadra-se no art. 3º, inciso I, do Decreto nº 10.426/2020, por meio do interesse mútuo da Universidade Federal de Alagoas – Ufal, e do cumprimento da competência da Secadi constante no art. 33 do Decreto nº 11.691/2023. A execução orçamentária do objeto se dará mediante a aquisição de itens e contratação de serviços de empresas especializadas. Para tal, Universidade Federal de Alagoas – Ufal irá efetivar a contratação Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa – Fundepes, também possui corpo técnico suficiente para o adequado planejamento e realização das atividades do projeto. Sem dúvida, a formação continuada é o caminho assertivo na construção da cultura da inclusão, especialmente por que a produção de práticas pedagógicas inclusivas e promotoras da acessibilidade se dá através de vivências e estratégias pedagógicas articuladas ao desenvolvimento curricular com a perspectiva universal. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) de 2022: a) A região nordeste possui o maior número de Pessoas com Deficiência do país, sendo cerca de 10% da população, sendo sua maioria mulheres (60%); b) Embora Maceió tenha um baixo percentual de Pessoas com Deficiência analfabetos/as (7,8%), Alagoas tem o maior (14,9%) índice de analfabetismo do país. O que parece indicar a interiorização do analfabetismo no estado alagoano; c) Cerca de 22% das Pessoas com Deficiência em Alagoas se identificam enquanto pessoas pretas ou pardas; d) Há dificuldades para garantir a ocupação das Pessoas com Deficiência, especialmente quando se observa que o nível de ocupação é de 26,6%, menos da metade do percentual encontrado para as pessoas sem deficiência (60,7%); e) O número de Pessoas com Deficiência que concluem o ensino médio é baixíssimo (25,6%) quando comparado ao das pessoas sem deficiência (57,3%).

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim
(x) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização da capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
(x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(x) Sim
() Não

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Início	Fim
META 1	Ofertar 1000 vagas pela Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas no projeto Aperfeiçoamento para Professores no Atendimento Especializado (CAPAEI) aos estudantes com deficiências visuais e físicas das diversas redes públicas no Estado de Alagoas, voltado para formação de professores, com carga horária de 180 horas , na modalidade semipresencial .					Da execução do TED	31/12/25
PRODUTO	1000 vagas ofertadas	vagas	1000	R\$ 482,09	R\$ 484.090,20	Da execução do TED	31/12/25
META 2	Ofertar 400 vagas pela Universidade Federal de Alagoas no projeto Práticas Pedagógicas Inclusivas no contexto da Educação Infantil (PPI-EDI), voltado para formação de professores, com carga horária de 180 horas , na modalidade EaD .					Da execução do TED	31/12/25
PRODUTO	400 vagas ofertadas	vagas	400	R\$ 381,70	R\$ 152.680,00	Da execução do TED	31/12/25
META 3	Ofertar 360 vagas pela Universidade Federal de Alagoas no projeto Formação Continuada para Gestores Escolares em Ensino Inclusivo de Ciências e Matemática, voltado para formação de gestores, com carga horária de 180 horas , na modalidade semipresencial .					Da execução do TED	31/12/25
PRODUTO	360 vagas ofertadas	vagas	360	R\$ 697,50	R\$ 251.130,00	Da execução do TED	31/12/25
META 4	Ofertar 200 vagas pela Universidade Federal de Alagoas no projeto Audiodescrever no cotidiano escolar: cultura que floresce em Alagoas, voltado para formação de professores, com carga horária de 90 horas , na modalidade EaD .					Da execução do TED	31/12/25
PRODUTO	200 vagas ofertadas	vagas	200	R\$ 499,95	R\$ 99.990,00	Da execução do TED	31/12/25

Observação: O detalhamento de cada despesa de cada meta (quantitativos e quais itens) constam em anexo a este plano de trabalho unificado.

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Março/2025	R\$ 987.890,20

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO – PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39	Não	R\$ 987.890,20

12. PROPOSIÇÃO

Maceió, xx de xxx de 2025

Assinado eletronicamente

Josealdo Tonholo
REITOR
Universidade
Federal de
Alagoas

DECLARO QUE a Universidade Federal de Alagoas é responsável pela execução do TED proposto nesse plano de trabalho e se compromete ao fiel cumprimento do objeto pactuado conforme planos de trabalho, planilhas e demais documentos anexado no SIMEC - Módulo TED em cumprimento ao decreto 10426/2020.

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizada

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.

13. APROVAÇÃO

Local e data

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizadora

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	PAGE
--	------

PROJETO DE CURSO

SUB-AÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

Órgão/Entidade Proponente	CNPJ
Instituto Federal de Alagoas	10.825.373/0003-17

ENDEREÇO
Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103 - Jatiúca, Maceió - AL

MUNICÍPIO	UF	CEP	DDD/TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Maceió	AL	57035-660	(82) 2126-7000	gabinete.reitoria@ifal.edu.br

CÓDIGO DA UNIDADE GESTORA	CÓDIGO DA GESTÃO

NOME DO RESPONSÁVEL	FUNÇÃO	CPF
Valéria Goia Vasco Teixeira	Coordenadora	441.607.637-15

CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO	MATRÍCULA
3339657-4/ SSP-AL	Professor EBTT	2505360

ENDEREÇO	CEP
Rua Abdon Arroxelas, 61, Apartamento 203 – Ponta Verde	57.035-380

ESFERA ADMINISTRATIVA
Federal

NOME DO COORDENADOR DO PROJETO	DDD e TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO	CPF
Valéria Goia Vasco Teixeira	(82) 99981-5484	valeria.goia@ifal.edu.br	441.607.637-15

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	PAGE
---	-------------

344.726 habitantes alagoanos. Tal dado o aproxima à média do Nordeste (10,3%) e o posciona acima da média nacional (8,9%) de cidadãos convivendo com alguma deficiência (IBGE, 2022). O Censo da Educação Básica (2022) aponta que 25% das escolas alagoanas não possuem qualquer recursos de acessibilidade, fato que potencializa inacessibilidade desses cidadãos ao ambiente escolar.

A proposta emerge em virtude de o Estado despontar, oficialmente, na primeira posição de analfabetismo das pessoas com deficiência do país, total de 38,4% de pessoas com deficiência, o que, em valores absolutos, representa, aproximadamente, 132.375 habitantes com alguma deficiência em situação de analfabetismo (IBGE, 2023). Assim, os dados servem de sinalizador para a urgência na formulação e implementação de políticas públicas que reposicione Alagoas diante do ensino e alfabetização numa perspectiva de inclusão e acessibilidade para esses cidadãos.

De acordo com notícias vinculadas pelo Governo do Estado de Alagoas, está sendo realizada, desde o ano de 2023, censo para construção de base de dados das pessoas com deficiência para aplicação de políticas públicas assertivas em todas as áreas de sua atuação enquanto poder público (Alagoas, 2023). O Censo Estadual poderá servir como bússola na construção e remodelamento das políticas de acessibilidade e inclusão no contexto educacional do Estado de Alagoas, porém essa visualização ainda mostra-se limitada aos estudos e ações no contexto acadêmico e de atividades e projetos isoladas na conjuntura pública.

Os dados apresentados corroboram com os achados de Paveze e Mainardes (2019) quando afirmam que Alagoas tende, no seu contexto de ensino, reproduzir as políticas nacionais sem a devida articulação e adaptação à sua realidade, isso, principalmente, no atendimento às necessidades especiais das pessoas com deficiências (PCD's). Os autores concluem, ainda, que tal prática agrava as dificuldades em transformar o sistema de ensino alagoano em um espaço acessível e inclusivo.

Diante desses fatos e dados, sabe-se que o Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) tem avançado em direção à democratização da escola como objetivo comum na promoção do bem-estar de todos, independentemente de sua origem social, raça, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação (DAMASCENO, CRUZ, p.82, 2021). No Art. 227, sobre o dever do Estado, é assegurado à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, com absoluta prioridade, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É no artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069) que visualiza-se a prerrogativa constitucional, pela primeira vez, reconhecendo e obrigando ao Estado atendimento educacional especializado, aos PCD's, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990). Os demais marcos

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	PAGE
---	---

legais, regimentais e instrutivos, tais como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e demais, posteriores, em âmbito nacional e de todos os entes federativos, ratificam a necessidade de uma escola inclusiva e acessível aos seus estudantes diante das suas diversas demandas. Entende-se, portanto, que é a principal arena para a efetiva implementação das políticas públicas para alunos com quaisquer deficiências.

Penha (2022) afirma que dentre as deficiências físicas existentes, a deficiência visual é aquela que necessita de uma atenção especial e de inclusão que vai desde a as etapas de aquisição, disponibilização de recursos materiais específicos até a disponibilização de profissionais atentos em auxiliá-los no aprendizado. Na concepção de Oliveira (2022), a partir de seu estudo em escolas da cidade de Arapiraca no Estado de Alagoas (AL), são muitas as dificuldades e necessidades dos professores alagoanos durante a realização dos cursos de capacitação e também das oficinas de construção de materiais táteis para o ensino de pessoas com deficiência visual. Para o autor, os professores devem utilizar metodologias assistivas de modo a renovar as práticas pedagógicas mediante o uso de materiais adaptados para os estudantes que possuem deficiência visual.

Oliveira (2022) ressalta, ainda, que em Alagoas, a partir de sua experiência, existe um desinteresse por parte dos alunos cegos quando em sala de aulas são utilizados métodos tradicionais de ministrar as aulas pelos professores de modo constante. O autor sugere a busca por inovação, a partir de professores formados na educação acessível e inclusiva, através de jogos e maquetes, por exemplo, é o que proporcionará um ambiente favorável para o aprendizado do estudante com deficiência visual.

O deficiente físico, por sua vez, possui como primeira limitação no acesso à educação de qualidade o acesso à cidade. Conforme relatado anteriormente, tem-se no Estado de Alagoas, ainda, 25% das escolas sem recursos mínimos e necessários ao acesso de pessoas com deficiência (IBGE, 2023). Ultrapassar essas barreiras e inserí-los na escola, assim como os deficientes visuais, depende, em parte, da qualificação dos professores para motivá-los desde a sua chegada, permanência e conclusão nas diversas etapas de estudos. Para Motan (2006) as escolas precisam aplicar projetos inclusivos de educação onde todos os seus educandos com deficiência física estejam equiparados aos seus demais colegas de turma sem deficiências físicas, essa equiparação está diretamente associada, por vezes, a desobstrução de problemas de natureza relacional, motivacional e/ou de cultural dos alunos.

Para Tassaró et al. (2022) os alunos com deficiência estão mais propensos a serem rejeitados e vitimizados na escola, e, dentre as estratégias de prevenção e enfrentamento do *bullying* envolvendo esse público, tem-se dentre diversas a formação de professores e o fortalecimento do vínculo família escola.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 PAGE
---	---

Assim, para que a escola inclusiva ocorra faz-se necessário que o professor esteja integrado, também, com psicólogo, terapeuta da fala, fisioterapeuta, neurocientistas e outros profissionais de apoio.

Basta reconhecer, que o professor é o aplicador/mediador na construção das práticas e ações pedagógicas no ambiente escolar e é um dos grandes responsáveis por inserir o estudantes, PCD's, num ambiente seguro e convidativo à essa etapa de vida crucial para sua inserção social, ascensão futura financeira, independência e bem-estar social. A formação de professores no contexto da acessibilidade e inclusão é ferramenta indispensável para o Estado de Alagoas, principalmente, diante dos dados apresentados pelas fontes oficiais.

De modo semi-presencial e com atendimento às leis, diretrizes e normas aplicadas à educação especial, acessível e inclusiva, serão ofertadas dois ciclos com dez turmas cada. Na abertura de cada ciclo será convidado palestrante para despertar ideias e preparar o ambiente para diálogos interativos diante da futura atuação desses professores da rede pública de ensino diante da carência e emergência nas práticas docentes aplicadas às pessoas com deficiência visual e física. É de suma importância, diante do contexto sociocultural atual e marcado por uma crescente demanda por práticas pedagógicas inclusivas e sensíveis que as instituições aderentes ao presente projeto no Estado de Alagoas sejam beneficiadas para o aprimoramento de suas práticas de sala de aula reduzindo os índices de analfabetismo, evasão e demotivação do estudante dentro da sala de aula.

Nesse sentido, a capacitação dos professores torna-se peça-chave mediadora no processo de transformação e no desenvolvimento de competências e habilidades que permitam a aplicação de práticas pedagógicas inclusivas e acolhedora no ambiente escolar alagoano. Serão eles, os professores, os grandes responsáveis por sensibilizar seus estudantes não deficientes na promoção da empatia, no combate ao preconceito e a discriminação em relação às deficiências, naturalizando, assim, a presença de corpos e performances que, por diversos fatores físicos, sociais, econômicos, políticos e de diversas perspectivas, não acessam e/ou acessaram a educação básica no Estado de Alagoas. Ao final de cada ciclo, cada turma será conduzida para uma experimentação conduzida de práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis no contexto de Alagoas (Visita técnica, imersão, guiamento, construção de subgrupos permanentes de trabalho, troca de relatos presencialmente).

3. PRODUTOS ESPERADOS

3.1 Certificação: Emissão de certificados de participação 1.000 professores das redes básica pública de ensino que cumprirem os requisitos estabelecidos pelo curso, atestando sua qualificação;

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	PAGE
--	------

2. Histórico de Lutas e conquistas das PCD's no Mundo e no Brasil (30H):

- a. Definição de Pessoas com Deficiência (PCD) e evolução do conceito;
- b. Primeiros movimentos pela inclusão no Mundo e no Brasil;
- c. Movimentos sociais e associações no Brasil em defesa das PCD's
- d. importância da educação acessível e inclusiva no contexto das lutas das PCD's.
- e. O papel da sociedade e do Estado na continuidade das conquistas.

3. Conjunto Normativo da Educação Básica Acessível e Inclusiva no Brasil (30H):

- a. A Constituição Federal de 1988 e os Direitos à Educação Inclusiva;
- b. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/1996;
- c. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008);
- d. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015);
- e. Plano Nacional de Educação (PNE) e as Metas para Educação Inclusiva;
- f. Normas e Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE);
- g. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU) e o Brasil.

4. Organização Pedagógica Docente para a Educação Acessível e Inclusiva (30H):

- a. Princípios da Educação Acessível e Inclusivo;
- b. Planejamento Pedagógico Acessível e Inclusivo;
- c. Estratégias de Avaliação Acessível e Inclusiva;
- d. Práticas Colaborativas e o Trabalho em Rede.

5. Práticas Pedagógicas Ativas e Lúdicas aplicadas ao Ensino Acessivo e Inclusivo (30H):

- a. Introdução às Práticas Pedagógicas Ativas no Ensino Acessível e Inclusivo;
- b. Estratégias Lúdicas Inclusivas no Ensino de Estudantes com Deficiência Visual;
- c. Práticas Pedagógicas Lúdicas para Estudantes com Deficiência Física;
- d. Avaliação das Práticas Pedagógicas Ativas e Lúdicas no Ensino Acessível e Inclusivo;
- e. Novas práticas ativas e lúdicas na Ensino Acessível e Inclusivo.

6. Tecnologias Assistivas: Introdução e Aplicações Educacionais (30H):

- a. Tecnologias Assistivas: Introdução e Aplicações Educacionais;
- b. Softwares e Aplicativos Educacionais Acessivos e Inclusivos;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	PAGE
---	-------------

- c. Dispositivos Móveis e Acessibilidade Digital no Ensino;
- d. Realidade Virtual e Realidade Aumentada para Educação Acessiva e Inclusiva;
- e. Plataformas e Ferramentas de Ensino a Distância Acessivos e Inclusivos;
- f. Conceito de produção de Materiais Didáticos Digitais Acessíveis e Inclusivos.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Valéria Amorim. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 2006.
- BRASIL – Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 26 de mar. de 2024;
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 17 mar. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 193º da Independência e 126º da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 17 mar. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 194º da Independência e 127º da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 mar. 2024.
- BRASIL. Censo escolar da educação básica 202: notas estatísticas. Ministério da Educação, Brasília, 2022. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em 17 mar. 2024.
- DAMASCENO, R,A; CRUZ, D, I. INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PERSPECTIVA: ENTRE VELHOS DILEMAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. Revista de Estudos em Educação e Diversidade. v. 2, n. 3, p. 71-88. jan./mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed> . Acesso em : 24 mar. 2024;
- GOIA, V. V. T. A IMPORTÂNCIA DO MÉTODO ATIVO NA DISCIPLINA TURISMO INCLUSIVO PARA O ATENDIMENTO DO TURISTA DEFICIENTE VISUAL. (Dissertação). Universidad Autónoma de Asunción, Assuncão, 2023. 175.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-Pessoas com Deficiência, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: liv102013_informativo.pdf (ibge.gov.br). Acesso em 31-08-2023.
- LIMA, P,P, Competências Profissionais dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Recife (PE), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34301>. Acesso em: 29 mar. 2024;
- MONTOAN, M.T.E.; PIETO, R.G.; ARANTES, V.A. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 2. ed. São Paulo: Summus, 2006. 103 p
- OLIVEIRA, M. C. Educação inclusiva: a cartografia tátil como ferramenta de inclusão de alunos cegos nas

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	PAGE
--	------

escolas públicas de Arapiraca/AL. [Tese] – Universidad Autónoma de Asunción, Assunção, 2022. 210.

PAULA, D,L.Diversidade e Desconstrução de Preconceitos: Estudo de Práticas Decorrentes de Projeto em Escola Pública do DF. Brasília, (DF). Disponível em:<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/37066>. Acesso em: 26, mar. 2024.

PENHA, M. O. **Um estudo sobre o ensino da musicografia braille**. 2022. 66. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia -AL, 2022.

SILVA, H. M.; RODRIGUES, W. Através da tolerância e do respeito à diversidade: uma educação para reeducar o homem atual. *Entreletras*, v.9, n. 2, 2018, p. 501-513, Araguaiana (TO). Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/4932/14377>. Acesso em: 28 mar. 2024.

PAVEZI, Marilza; MAINARDES, Jefferson. Políticas de educação especial no Estado de Alagoas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 4, p. 747-764, 2019.

TESSARO, Mônica; TREVISOL, Maria Teresa Ceron; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Bullying envolvendo alunos com deficiência: análise a partir de uma revisão de literatura. *Revista Educação Especial*, v. 35, p. 1-22, 2022.

ARANTES, Valéria Amorim. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. 2006.

BRASIL – Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 26 de mar. de 2024;

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 17 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 193º da Independência e 126º da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 17 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 194º da Independência e 127º da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL. Censo escolar da educação básica 202: notas estatísticas. Ministério da Educação, Brasília, 2022. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em 17 mar. 2024.

DAMASCENO, R,A; CRUZ, D, I. INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PERSPECTIVA: ENTRE VELHOS DILEMAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*. v. 2, n. 3, p. 71-88. jan./mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed> . Acesso em : 24 mar. 2024;

GOIA, V. V. T. A IMPORTÂNCIA DO MÉTODO ATIVO NA DISCIPLINA TURISMO INCLUSIVO PARA O ATENDIMENTO DO TURISTA DEFICIENTE VISUAL. (Dissertação). Universidad Autónoma de Asunción, Assunção, 2023. 175.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA(IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-Pessoas com Deficiência, 2022.Rio de Janeiro: IBGE,2023. Disponível em: [liv102013_informativo.pdf](#)

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	PAGE
--	------

(ibge.gov.br). Acesso em 31-08-2023.

LIMA, P,P, Competências Profissionais dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Recife (PE), 2019. Disponível em:<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34301>. Acesso em: 29 mar.2024;

MONTOAN, M.T.E.; PIETO, R.G.; ARANTES, V.A. Inclusão escolar: pontos e contrapontos.2. ed. São Paulo: Summus, 2006. 103 p

OLIVEIRA, M. C. Educação inclusiva: a cartografia tátil como ferramenta de inclusão de alunos cegos nas escolas públicas de Arapiraca/AL. [Tese] – Universidad Autónoma de Asunción, Assuncão, 2022. 210.

PAULA, D,L.Diversidade e Desconstrução de Preconceitos: Estudo de Práticas Decorrentes de Projeto em Escola Pública do DF. Brasília, (DF). Disponível em:<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/37066>. Acesso em: 26, mar. 2024.

PENHA, M. O. **Um estudo sobre o ensino da musicografia braille**. 2022. 66. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia -AL, 2022.

SILVA, H. M.; RODRIGUES, W. Através da tolerância e do respeito à diversidade: uma educação para reeducar o homem atual. Entreletras, v.9, n. 2, 2018, p. 501-513, Araguaiana (TO). Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/4932/14377>. Acesso em: 28 mar. 2024.

PAVEZI, Marilza; MAINARDES, Jefferson. Políticas de educação especial no Estado de Alagoas. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 25, n. 4, p. 747-764, 2019.

TESSARO, Mônica; TREVISOL, Maria Teresa Ceron; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Bullying envolvendo alunos com deficiência: análise a partir de uma revisão de literatura. Revista Educação Especial, v. 35, p. 1-22, 2022.

6. META FÍSICA E CUSTO UNITÁRIO

O curso estará organizado de modo semi-presencial com 180 horas. Serão disponibilizadas 20 turmas, via Ambiente de Aprendizagem Virtual (AVA) para cada disciplina (sendo cada disciplina ministrada por mês) e, cada turma, será composta por até 50 cursistas, perfazendo 1.000 vagas totais a serem ofertadas, ao custo unitário de R\$ 484,09.

O Instituto Federal de Alagoas (IFAL) conta com estrutura apropriada de pólos para educação a distância (DIREAD), auditórios e espaços ampliados para práticas pedagógicas na modalidade

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 PAGE
---	---

presencial do Campus Maceió, ambos a servirem de pólos para a execução da presente proposta. Vide Endereços: DIREAD: R. Dr. Odilon Vasconcelos, 103 - Jatiúca, Maceió - AL, 57035-660; Campus Maceió: R. Mizael Domingues, 530 - Centro, Maceió - AL, 57020-600.

7. VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 485.850,20 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais e vinte centavos).

8. VIGÊNCIA DO PROJETO

INÍCIO	TÉRMINO
03/02/2025	31/12/2025

9. PÚBLICO: O público-alvo destina-se a professores da Rede Pública de Educação que atuam no Atendimento Educacional Especializado, prioritariamente, podendo contemplar também, professores da Educação Básica que atuam como Poder Público da Educação Especial na perspectiva Inclusiva.

10. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO

CRONOGRAMA DO CURSO DE 03/02/2025 até 31/12/2025

Atividades/Subatividades	Período
1. ORGANIZAÇÃO (ANTES)	
1.1 Preparação e lançamento de Edital para contratação de professores conteudistas, formadores, tutores de componentes curriculares e demais profissionais envolvidos (administrativos e tecnológico).	03/02/2025 a 14/03/2025
1.2 Contratação de serviços de pessoa física e/ou jurídica e aquisição de material de consumo previsto para os cursos	03/02/2025 a 14/03/2025
1.3 Formação Técnica e Pedagógica de Equipe (Coordenação, Professores Formadores, Tutores, Administrativo e demais profissionais contratados) na compreensão da temática e de todo o projeto (3 dias dentro do mês de modo presencial);	24, 25 e 26/03/2025
1.4 Preparação dos instrumentos de controle e monitoramento dos cursos: administrativos, pedagógicos e tecnológicos.	24, 25 e 26/03/2025
1.5 Construção de Material Didático dos Componentes Curriculares por cada Professor Formador	24, 25 e 26/03/2025
1.6 Preparação dos Ambientes Virtuais para acomodação dos materiais pedagógicos;	24, 25 e 26/03/2025

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA		PAGE
1.7 Abertura de inscrições e matrículas no curso	01/04/2025 a 15/04/2025	
2. FASE DE EXECUÇÃO DOS CURSOS (DURANTE)		
2.2 Curso de Formação com as Disciplinas	05/05/2025 a 31/10/2025	
2.2.1 Aula Inaugural e Apresentação do Curso – Palestrantes Contratados (On-line)	05/05/2025	
2.2.2 Direitos Humanos no Mundo e no Brasil (30H) (On-line)	05/05/2025 a 31/05/2025	
2.2.2 Histórico de Lutas e conquistas das PCD's no Mundo e no Brasil (30H) (On-line)	02/06/2025 a 30/06/2025	
2.2.3 Conjunto Normativo da Educação Básica Acessível e Inclusiva no Brasil (30H) (On-line)	01/07/2025 a 31/07/2025	
2.2.4 Organização Pedagógica Docente para a Educação Acessível e Inclusiva (30H) (On-line)	01/08/2025 a 31/08/2025	
2.2.4.1 Grupo de Trabalho para Prática Aplicada de Educação Acessível e Inclusiva (Presencial nos Pólos)	16/08/2025	
2.2.5 Práticas Pedagógicas Ativas e Lúdicas aplicadas ao Ensino Acessivo e Inclusivo (30H)	01 /09/2025 a 30/09/2025	
2.2.5.1 Grupo de Trabalho para Práticas Pedagógicas Ativas e Lúdicas aplicadas ao Ensino Acessivo e Inclusivo (Presencial nos Pólos)	20/09/2025	
2.2.6 Recursos Tecnológicos para uso em sala de aula e em atividades extraclasse no Ensino da Pessoa com Deficiência. (30H) (On-line)	<u>01/10/2025 a 31/10/2025</u>	
3. OUTRAS ATIVIDADES DURANTE E APÓS OS CURSOS		

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA		PAGE
Gravação de Material Audiovisual	05/05/2025 até 31/12/2025	
Editoração de Material Audiovisual	12/12/2025 até o dia 20/12/2025	
Construção do Grupo de Trabalho e elaboração das Diretrizes do Observatório de Políticas e Ações Afirmativas na Educação Alagoana	De 05/05/2025 até 29/11/2025	
Organização Administrativa e de Prestação de Contas	03/02/2025 até 31/12/2025	
Realização de Seminário Geral com Coordenação, Professo((res e Tutores, equipe técnica administrativa e todos os professores formados para exposição de resultados e visualização de conteúdos gerados a partir do Curso de Aperfeiçoamento.	De 03, 04 e 05/12/2025 Presencial	

11. FORMA DE EXECUÇÃO

a) RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

ESFERA NACIONAL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA ESFERA ESTADUAL INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS PRÓR-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX) COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO PRÁTICA DE EXTENSÃO – COORDENAÇÃO DE HOTELARIA – CAMPUS MACEIÓ

b) RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

Função	Quantidade	Período (mês)

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA			PAGE
Palestrantes	04	Aula Inaugural em 05/05/2025 e no Seminário Geral em 02, 03 e 04/12/2025	
Apoio Administrativo(*)	02	09 Meses	
Apoio de Tecnologia da Informação (**)	02	08 Meses	

c) MONITORAMENTO

Em conformidade com o artigo 6º do Decreto 6.170/2007 e com o artigo 51 da Portaria MP/MF/CGU nº 127/2008, a função gerencial fiscalizadora será exercida pelo concedente. Assim, o monitoramento da implementação da subação do Curso de aperfeiçoamento em Serviço de Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual, será realizado pela **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO, por meio da DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**, a partir de relatórios parciais e conclusivos encaminhados pela instituição proponente do projeto.

A instituição está ciente de que, caso tenha algum projeto expirado que apresente pendências no encaminhamento e aprovação do relatório final, terá novos repasses de recursos da SECADI suspensos até que a situação seja regularizada.

12. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

12.1 Do curso de Formação de para Atendimento Especializado e Inclusivo aos estudantes com deficiência visual e física nas diversas redes pública da Educação Básica no Estado de Alagoas

Insumos: Recursos Humanos					
Descrição do Item de despesa	Qtd. de pessoas	CH mensal	Período (Mês)	Valor Mês R\$	Valor Total R\$
Palestrantes	4	4H	01	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00
Apoio Administrativo	02	20H	09	R\$	R\$

gov.br MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA					PAGE
				2.000,00	36.000,00
Apoio de Tecnologia da Informação (especialista em AVA)	02	20H	08	R\$ 2.000,00	R\$ 32.000,00
Apoio Videomaker/Mídias Sociais	01	-	09	R\$ 2.000,00	R\$ 18.000,00
SUBTOTAL					R\$ 94.000,00
Justificativa: SOBRE OS PALESTRANTES: (05/05/2025) No início do curso será realizada Aula Magna com palestrante enriquecendo a formação, proporcionando insights e reflexões que contribuem para sensibilizar os participantes em relação aos temas abordados, motivando-os para o curso e evidenciando a importância da temática da diversidade e inclusão na educação técnica e tecnológica em Alagoas. Assim, a contratação desses profissionais se faz indispensável e essencial para assegurar a eficácia do curso e o alcance dos objetivos propostos, respeitando a carga horária prevista e garantindo a qualidade da formação oferecida aos professores da rede técnica e tecnológica no Estado de Alagoas; Parte superior do formulário (03, 04 e 05/12/2025) No Seminário Final serão realizadas palestras para encerramento da formação com a participação de palestrantes conceituados sobre a temática oriundos de outros Estados e que contribua no processo reflexivo e emancipador dos professores. SOBRE O APOIO ADMINISTRATIVO: A contratação de uma pessoas no apoio administrativo será fundamental na alocação e organização de todos os recursos necessários nas três fases (planejamento, execução e prestação de contas) do projeto por auxiliar junto às coordenações. Será apoio na organização e na gestão do processo de inscrição dos professores que participarão da formação, garantindo que todos os documentos e registros sejam devidamente controlados. Apoio na organização documental e de planejamento dos eventos (aula inaugural, aulas presenciais pedagógicas, seminário geral). Considerou-se o total de nove meses levando em conta, como já informado anteriormente, um mês (Abril/2025) para planejamento e organização administrativa antes do início dos cursos e dois meses (Novembro e Dezembro/2025) para a finalização com organização de documentos e processos, bem como a prestação de contas; SOBRE O APOIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AVA): A contratação de dois especialistas em Tecnologia da Informação (TI), com foco em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), justifica-se pela complexidade do suporte técnico contínuo e pela garantia de acessibilidade no projeto de formação de professores. Esses profissionais serão responsáveis pela gestão e manutenção do AVA, oferecendo suporte em tempo real para resolução de problemas, além					

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	PAGE
de personalizar ferramentas tecnológicas e adaptar recursos assistivos para atender às necessidades dos participantes. A presença de dois especialistas assegura cobertura técnica ininterrupta e divisão eficiente de tarefas. Essa estrutura é essencial para o bom funcionamento do curso, evitando interrupções e promovendo uma experiência de ensino eficiente e acessível. Serão necessários oito meses por este projeto considerar que os referidos contratados estarão nas três fases do projeto (fases de preparação dos recursos tecnológicos, acompanhamento de execução e finalização dos instrumentos tecnológicos utilizados) para a organização de processos (Abril/2025) até a sua finalização (Novembro/2025). SOBRE APOIO VIDEOMAKER/MÍDIAS SOCIAIS a contratação desse tipo de serviço se mostra imprescindível para potencializar o alcance e impacto do curso destinado aos professores da rede básica de Alagoas. O serviço acompanhará todas as etapas do processo de modo que o registro sirva de experimentação para outras entidades do poder público e/ou demais interessados. Por meio da gestão adequada das mídias sociais, será possível promover uma ampla divulgação do curso, alcançando um maior número de interessados e favorecendo a participação ativa da comunidade escolar. Além disso, a produção de material audiovisual de qualidade contribuirá para enriquecer o conteúdo do curso, oferecendo recursos didáticos dinâmicos e acessíveis que estimulam a aprendizagem e facilitam a compreensão dos temas abordados. Dessa forma, a contratação desse serviço se justifica como uma estratégia eficaz para promover a visibilidade e efetividade do curso, garantindo sua relevância e impacto positivo na formação dos professores e, conseqüentemente, na promoção da diversidade e inclusão na educação técnica e tecnológica em Alagoas. O material elaborado estará disponibilizado para os órgãos fiscalizadores e toda a rede básica de ensino pública e demais interessados. Será catologado e disponível na biblioteca pública do Instituto Federal de Alagoas. O resultado será uma exposição pública e de conteúdo de qualidade para todos que se insere na busca de uma educação de qualidade, acessível e inclusiva. Valor referenciado a partir de levantamento realizadas junto ao mercado.	

Insumos: material de consumo e outros serviços				
Descrição do item Despesa	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total R\$
Combustível	Lt	300	R\$ 6,00	R\$ 1.800,00
Diárias para Viagens dentro do Estado para locução com professores e escolas partícipes	Unidade	22	R\$ 335,00	R\$ 7.370,00
Diárias para Viagens fora do Estado para reuniões com gestores do Programa e formação para a equipe	Unidade	12	R\$ 380,00	R\$ 4.560,00
Contratação de Interprete em Libras	Horas	308	R\$ 144,00	R\$ 44.352,00
Contratação de Audiodescritor	Horas	170	R\$ 100,00	R\$ 17.000,00
Caneta Personalizada	Unidade	1.000	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00
Bloco de Notas Personalizado	Unidade	1.000	R\$ 1,50	R\$ 1.500,00
Pasta Personalizada	Unidade	1.000	R\$ 3,00	R\$ 3.000,00
Papel A4	Resma	20	R\$ 25,00	R\$ 500,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 PAGE
certificados e relatórios relacionados ao projeto. O papel será utilizado tanto para atividades administrativas quanto para a distribuição de conteúdo pedagógico aos participantes.	

Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica				
Descrição do item Despesa	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total R\$
Serviço Especializado em confecção e editoração de manuais, cartilhas e e-books	Unidade	01	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Empresa especializada no aluguel de webcam, computadores e toda gestão de recursos audiovisual, de ambiente virtual e construção de salas digitais.	Horas	400	R\$ 125,00	R\$ 50.000,00
Serviço de Buffet para as aulas inaugurais, reuniões pedagógicas com professores e alunos. Realização do Seminário Final de conclusão do Curso.	Evento	5	R\$ 39.000	R\$ 195.000,00
Fundação de Apoio	-	-	-	44.008,20
SUBTOTAL				R\$ 309.008,20
Justificativa: Serviço Especializado em Confecção e Editoração de Manuais, Cartilhas e E-books: A contratação desse serviço será fundamental para a produção de materiais didáticos acessíveis e inclusivos, como nosso manual e e-books que serão construídos e utilizados pelos professores participantes da formação. Esses materiais precisam ser adequados para o ensino de pessoas com deficiência, garantindo que o conteúdo seja acessível para todos, incluindo aqueles com deficiência visual e física, respeitando as diretrizes da educação inclusiva. Valor referenciado a partir de levantamento realizadas junto ao mercado. Empresa Especializada no Aluguel de Webcam, Computadores e Gestão de Recursos Audiovisuais e Virtuais: a contratatação servirá para fornecer e gerenciar os recursos tecnológicos essenciais para o sucesso da formação. Isso inclui o aluguel de webcams, computadores e a gestão do ambiente virtual de aprendizagem, além da criação de salas digitais equipadas para o ensino a distância. Esse serviço garante que as aulas e atividades online ocorram de forma eficiente, permitindo a plena participação de todos os professores, inclusive aqueles que dependem de tecnologias assistivas. Valor referenciado a partir de levantamento realizadas junto ao mercado. Serviço de Buffet para Aulas Inaugurais, Reuniões Pedagógicas e Seminário Final: A contratação de serviço de buffet será necessária para proporcionar suporte logístico e conforto				

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	PAGE
durante as aulas inaugurais, reuniões pedagógicas e o Seminário Final de conclusão do curso. Esses momentos de interação são cruciais para promover a integração entre os professores, gestores e facilitadores, além de criar um ambiente propício para discussões pedagógicas e reflexões sobre o processo formativo. Valor referenciado a partir de contratações realizadas dentro do IFAL.	

13. PLANO DE APLICAÇÃO

Do curso de “Curso de Aperfeiçoamento para Professores no Atendimento Especializado e Inclusivo (CAPAEI) aos estudantes cegos e com deficiência física das diversas redes pública no Estado de Alagoas”

NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
339039	Outros serviços de terceiros – pessoa física;	R\$ 94.000,00
	Material de consumo	R\$ 81.082,00
	Pessoa Jurídica	R\$ 309.008,20
TOTAL GERAL	R\$ 484.090,20	

Os valores estimados dos bens e/ou serviços constantes neste documento têm como base pesquisa de preço realizada por área competente desta instituição e estão condizentes com os praticados no mercado da respectiva região.

Maceió, 19 de novembro de 2024.

Carlos Guedes
Reitor(a) do Instituto
Federal de Alagoas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 1/12
---	--

PROJETO DE CURSO

SUB-AÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

Órgão/Entidade Proponente	CNPJ
Universidade Federal de Alagoas	24.464.109/0001-48

ENDEREÇO
Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió – AL

MUNICÍPIO	UF	CEP	DDD/TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Maceió	AL	57072- 970	(82) 3214-1100	gr@reitoria.ufal.br

CÓDIGO DA UNIDADE GESTORA	CÓDIGO DA GESTÃO
153037	15222

NOME DO RESPONSÁVEL	FUNÇÃO	CPF
Josealdo Tonholo	Reitor	163.923.988-05

CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO	MATRÍCULA
RG.: 16.554.981 (SSP/SP)	Prof. do Magistério Superior Federal	1121401

ENDEREÇO	CEP
Residencial Monte Belo, Quadra A, Rua D, Número 14, Serraria, Maceió	57046-415

ESFERA ADMINISTRATIVA
Federal

NOME DO COORDENADOR DO PROJETO	DDD e TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO	CPF
Chrystiane Vasconcelos Andrade Toscano	(82) 98884-0520	chrystoscano@gmail.com	864.379.255-15

1. DO PROJETO

1.1. TÍTULO DO PROJETO

Práticas Pedagógicas Inclusivas no contexto da Educação Infantil (PPI-EDI)

1.2. OBJETIVO GERAL

Oferecer formação continuada, a nível de aperfeiçoamento na modalidade à distância (EaD), a professores da Educação Infantil da rede pública de ensino, possibilitando a construção de uma cultura de educação especial na perspectiva inclusiva, a partir de uma abordagem teórico-metodológica do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- (1) Conhecer os aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais, legitimadores da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva;
- (2) Conhecer o DUA como uma das abordagens teórico-metodológicas para construção de uma perspectiva de educação inclusiva na Educação Infantil;
- (3) Possibilitar o desenvolvimento de competências docentes para a construção de modelos de planejamentos na perspectiva do DUA no contexto da Educação Infantil; e
- (4) Oportunizar a experimentação e avaliação, no contexto sociocultural dos cursistas, de modelos de planejamentos para construção de uma reflexão crítica acerca dos saberes e fazeres necessários a cultura de inclusão na Educação Infantil;

2. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A inclusão escolar de educandos com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades / superdotação, público-alvo da educação especial na perspectiva inclusiva, deverá ser garantida no ensino regular e transversalizada pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) desde a educação infantil à educação superior (MEC, 2018).

Os dados quantitativos, apontados pelas Coordenadorias de educação especial e infantil, a partir da análise produzida pela Coordenadoria Geral de Informação e Avaliação Escolar (CGIAE) da Secretaria de Educação do Município de Maceió (SEMED/Maceió) / ano 2024, demonstraram que a matrícula do público-alvo da educação especial na perspectiva inclusiva para educação infantil (446 estudantes), ainda é baixa quando comparada a outras etapas de escolarização (2.655 estudantes). Os dados são ainda mais preocupantes quando se percebe ampliação de 38% dos espaços de atendimento a educação infantil no município de Maceió segundo dados das referidas Coordenadorias.

Ainda não existem argumentos suficientes que possam responder aos dados quantitativos, embora três hipóteses são levantadas pela CGIAE: (1) falta de identificação do público alvo da educação especial na perspectiva inclusiva nas idades iniciais; (2) falta de informação das famílias acerca do direito a matrícula dos seus filhos na educação infantil e (3) falta de ambientes escolares e professores com formação adequada

capaz de possibilitar a matrícula e permanência do público alvo da educação especial na perspectiva inclusiva na etapa inicial da escolarização.

Desde a etapa da educação infantil, crianças público-alvo da educação especial devem dividir os mesmos espaços e as mesmas oportunidades de aprendizagens. Desta forma, a inclusão será então um processo construído naturalmente durante a infância, numa perspectiva de educação acessível e funcional a todos os educandos (NELSON, 2014).

A formação continuada parece ser a direção mais assertiva para construção deste processo natural de inclusão. No entanto, práticas pedagógicas no ensino regular exigem meios de acessibilidade pautados em propostas flexíveis que garantam aos educandos um conjunto de estratégias que, baseadas em princípios universais, devem estar relacionadas com o desenvolvimento curricular (BETTIO; MIRANDA; SCHMIDT, 2021).

Nesta direção, o Plano Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2023) reafirma o compromisso para com os princípios da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008) e outros marcos legais constitutivos no âmbito das lutas anticapacitistas. No âmbito da formação continuada de professores da educação básica, um conjunto de metas e ações foram estabelecidas para responder aos desafios de uma nova cultura de inclusão que prever um “novo viver sem limites” (MEC, 2023) para todas as pessoas.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), por meio da Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (DIPEPI), do Ministério de Educação (MEC) no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica (RENAFOR) articularam-se aos Instituições de Educação Superior (IES) e Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) para promover ações formativas que possam responder às demandas locais do entorno das IES, regionais e nacionais.

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) tem um histórico consolidado de articulação com as redes municipais e estadual de Educação, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento de ações de formação e capacitação para os profissionais da educação básica. Esse compromisso institucional tem se materializado por meio de uma série de iniciativas, como cursos de capacitação, oficinas, seminários e outros programas de atualização, que buscam aprimorar as práticas pedagógicas e reforçar a qualidade do ensino em todo o estado de Alagoas.

Dentre os inúmeros exemplos de ações formativas, podem-se citar as últimas três edições de Cursos de Aperfeiçoamento RENAFOR/UFAL, ofertados na modalidade educação à distância (EaD), a saber: O “Serviço de Atendimento Educacional Especializado para educandos com Transtorno do Espectro Autista (SAEE-TEA) no contexto da educação infantil, realizado no período de setembro de 2022 a março de 2023, contou com a participação de 438 professores, 68% professores da rede pública de ensino da educação infantil do Estado de Alagoas, com abrangência de cursistas das regiões norte, sul e sudeste e 32% para outras da matrícula total do Curso. Dada as inquietudes levantadas pelos professores cursistas SAEE-TEA, publicizada a partir de um e-book (Toscano et. al. 2024), além da complexidade que compõe o atendimento educacional a estudantes com TEA e consequentemente suas implicações relacionadas aos ajustes procedimentais necessários à inclusão desta população na escola, tornou-se necessário reeditar o SAEE-TEA e ofertar uma 2ª edição.

As ações formativas continuadas são importantes e podem ser justificadas, por exemplo, pelo elevado quantitativo de matrículas de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento no

ensino fundamental. Nacionalmente, dados de 2021 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira indicam a matrícula de 928.359 do total de 26.515.601 registros (INEP, 2021).

O Plano Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2023) e tantos outros marcos legais como por exemplo a Lei da Inclusão (BRASIL, 2015), exigem dos coordenadores/ propositores de Curso RENAFOR uma dinâmica reflexiva de oferta formativa. Possibilitar aos professores, gestores e outros profissionais do contexto escolar conhecer pressupostos teórico-metodológicos do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) (NUNES, 2015; RIBEIRO & LUSTOSA, 2020) pareceu um bom começo para produção de saberes e fazeres necessários à inclusão.

Nesta direção, foi realizada a 2ª edição de Curso de Aperfeiçoamento, intitulada “Práticas Pedagógicas Inclusivas para educandos com TEA (PPI-TEA)”, realizado no período de setembro de 2023 a março de 2024, cujo público foi de 482 cursistas. O objetivo consistiu em aprimorar práticas pedagógicas inclusivas na perspectiva do DUA. Os produtos desenvolvidos pelos cursistas apontam os seguintes resultados:

a) Contextualização conceitual articulada à prática procedimental que o Curso ofereceu foi significativa, inclusive, reafirma-se essa relevância ao se observar a baixa taxa de evasão (13,8%);

b) O modelo síncrono de interlocução entre professor e cursista, no desenvolvimento das disciplinas curriculares, corroborou com o registro de participação de 76% dos matriculados no canal do PPI-TEA durante a transmissão das aulas e

c) A experiência formativa na abordagem do DUA permitiu o reconhecimento dos princípios do DUA como acessível a todos os educandos.

Os processos formativos, SAEE-TEA e PPI-TEA nos impulsionaram a continuar esperando (FREIRE, 2004) a partir da oferta da 3ª edição intitulado “Saberes e Fazeres para gestão escolar na perspectiva da cultura inclusiva”. A oportunidade conferida pela RENAFOR, de oferta de Curso ao público-alvo de gestores da educação básica estimulou a realização de uma chamada àqueles envolvidos nos processos formativos SAEE-TEA e PPI-TEA. Logo, realizou-se convite aos antigos cursistas com objetivo de articular um diálogo mais aproximado junto a gestão escolar.

Na referida proposta houve a pretensão de produzir um espaço de experimentação prático-teórico de construção da gestão participativa na direção de uma escola acessível. Permanecer com a mesma escolha teórico-metodológica do DUA, justifica-se na medida que a formação continuada é um caminho com vírgulas e pontos que permitem aos professores conhecer as diferentes características humanas dos seus educandos, refletir, definir e redefinir estratégias procedimentais necessárias às aprendizagens, assim como, legítima a prática pedagógica como uma ação coletiva que preenche a regência de diferentes oportunidades necessárias aos enfrentamentos do currículo escolar.

Após três edições de oferta de Cursos de Aperfeiçoamento e toda experiência acumulada e publicizada a partir de um e-book (Toscano et al., 2024) aberto a consulta pública e outro aguardando parecer na editora da Ufal, ainda nos sentimos com a mesma disposição para continuarmos construindo pontes relacionados a construção de saberes e fazeres para cultura da inclusão.

Nesta 4ª edição, “Práticas Pedagógicas Inclusivas no contexto da Educação Infantil (PPI-EDI)”, temos como objetivo dar um passo além das anteriores, a nova proposta visa aprofundar as ações formativas, utilizando-se, inclusive, do suporte estratégico proporcionado pelos 17 polos de Educação a Distância (EaD) espalhados por Alagoas a partir da Coordenadoria Institucional de Educação à Distância (CIED). Com essa rede de polos, a Ufal busca não apenas ampliar o alcance das formações, mas também criar uma plataforma para um diálogo contínuo e profícuo entre os participantes, permitindo que os temas abordados no Curso

sejam discutidos de maneira colaborativa e aplicada às realidades locais. A ideia é construir uma rede de profissionais capacitados e engajados, que possam compartilhar experiências, boas práticas e desafios, fomentando o aprimoramento contínuo da educação básica e superior nas diferentes regiões brasileiras.

Com a referida abordagem, espera-se que a criação dessa rede promova a integração entre os diferentes atores do sistema educacional, permitindo que as formações transcendam o caráter pontual e se transformem em um processo dinâmico de troca de saberes e de fortalecimento das práticas pedagógicas, em sintonia com as demandas atuais da educação.

Diante da contextualização apresentada, torna-se evidente a relevância de oferecer o Curso de Aperfeiçoamento em "Práticas Pedagógicas Inclusivas no Contexto da Educação Infantil (PPI-EDI)". Além disso, considerando os desafios encontrados no cotidiano escolar, especialmente no que se refere à inclusão de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, a capacitação específica voltada para a educação especial, dentro de uma perspectiva inclusiva, surge como uma resposta necessária para melhorar as práticas pedagógicas. Ao ampliar a qualificação dos profissionais que trabalham diretamente com crianças pequenas, espera-se que o curso contribua para o fortalecimento de uma cultura escolar mais inclusiva, sensível às necessidades individuais das crianças e capaz de proporcionar um ambiente de aprendizagem mais acessível e acolhedor. Essa formação também favorece o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais inovadoras e eficazes, alinhadas com as diretrizes nacionais de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, promovendo, assim, um impacto positivo na qualidade do ensino oferecido desde a primeira infância.

3. PRODUTOS ESPERADOS

- (1) Capacitação de 400 profissionais que atuam na Educação Infantil da rede pública de ensino das diferentes regiões brasileiras com majoritário número de vagas para o estado de Alagoas.
- (2) Criação de uma rede estadual de profissionais que dialoguem e investiguem sobre as práticas educativas que atendam as especificidades do planejamento pedagógico na perspectiva do DUA, no contexto da Educação Infantil;
- (3) Registo narrativo, a partir de vídeo documentário ou áudio podcast, acerca das possibilidades e dificuldades do processo de construção do planejamento pedagógico na perspectiva do DUA no contexto da Educação Infantil;
- (4) Portfólio com conjunto de planos educativos na perspectiva do DUA que possam atender a situações problemas relacionados a construção de uma cultura de inclusão na Educação Infantil; e
- (5) E-book para divulgação das experiências de práticas pedagógicas produzidas no curso da formação.

4. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular será organizada a partir de dois seminários (abertura e encerramento) e três ciclos formativos organizados a partir de quatro disciplinas curriculares. Serão utilizados dois modelos de ensino: a) o ensino remoto, definidos a partir de calendário prévio, que prevê encontros síncronos transmitidos a partir do Canal *Youtube* ao vivo (com a presença dos/as cursistas, tutoras/os e professores/as *online*), e encontros e b) o ensino assíncrono que prevê a disponibilidade de uma estrutura de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Universidade Federal de Alagoas organizada para atender todo processo de ensino-aprendizagem dos cursistas nos ciclos formativos.

5. EMENTA DO CURSO

5.1. Temáticas e detalhamentos:

1º Ciclo Formativo (20h)

Seminário de Abertura

Ementa: Apresentação da equipe do Curso; dos objetivos e procedimentos da proposta de formação e dos princípios básicos do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Universidade Federal de Alagoas.

Carga Horária: 5h

Objetivo: Conhecer a dinâmica da formação nos seus aspectos estruturais e funcionais de base-teórica metodológica e de avaliação.

Disciplina 1: Educação à distância

Ementa: Conceitos e procedimentos relacionados ao Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFAL e visão geral da ferramenta Moodle.

Carga Horária: 15h

Objetivo: Desenvolver habilidades básicas para utilização das tecnologias da informação e comunicação.

Conteúdo:

Ambiente Virtual de Aprendizagem (conceitos e importância na formação à distância);

Moodle (conteúdos e possibilidades no contexto da formação).

2º Ciclo Formativo (60h)

Disciplina 2: Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) no contexto da educação infantil na cultura inclusiva

Ementa: Conceitos, princípios e abordagens do DUA; educação infantil a luz dos documentos regulatórios da educação básica / educação infantil; conceitos, princípios e público-alvo da educação especial na perspectiva inclusiva.

Carga Horária: 60h

Objetivo:

Conhecer os conceitos, princípios e abordagens do DUA;

Identificar os documentos atuais norteadores da Política Nacional da Educação Básica / educação infantil e da educação especial na perspectiva inclusiva.

Conteúdo:

Conceitos, princípios e abordagens do DUA;

Documentos regulatórios da educação infantil: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil; Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Documentos regulatórios da educação especial na perspectiva da educação inclusiva: Lei Brasileira de Inclusão nº 13164/2015, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o conjunto de metas e ações de reafirmação descrita no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência publicado em 2023.

3º Ciclo Formativo (30h)

Disciplina 3: Planejamento de Práticas Pedagógicas Inclusivas para educação infantil.

Ementa: Planejamento de práticas pedagógicas a partir do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Princípios do planejamento de práticas e estratégias pedagógicas para educação especial na perspectiva inclusiva.

Carga Horária: 30h

Objetivo:

Planejar modelos de práticas pedagógicas a partir dos princípios norteadores do DUA no contexto da educação infantil para produção de uma cultura de inclusão.

Conteúdo:

Planejamento de práticas pedagógicas no DUA: princípios conceituais, estratégias procedimentais e atitudinais na perspectiva da cultura inclusiva;

Produção de recursos materiais e arranjos do espaço e tempo no contexto da educação infantil na cultura inclusiva;

4º Ciclo Formativo (70h)

Disciplina 4: Práticas Pedagógicas na educação especial na perspectiva inclusivas no contexto da educação infantil.

Ementa: Intervenção e avaliação de práticas pedagógicas a partir do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) para cultura inclusiva no contexto da educação infantil.

Carga Horária: 60h

Objetivo: Implementar e avaliar práticas pedagógicas a partir dos princípios norteadores do DUA para cultura inclusiva no contexto da educação infantil.

Conteúdo:

Estratégias de gerenciamento de ações para implementação de práticas pedagógicas no DUA na perspectiva da educação inclusiva;

Produção de recursos materiais e arranjos do espaço e tempo no contexto da educação infantil na cultura inclusiva;

Seminário de Encerramento (10h)

Ementa: Apresentar os produtos elaborados no curso das disciplinas curriculares.

Carga Horária: 10h

Objetivo: Apresentar o canal do curso como ambiente de publicização dos registros narrativos apresentados a partir de vídeo documentário dos cursistas; apresentar uma amostra representativa do coletivo (portfólio) dos modelos de planejamento e apresentação dos procedimentos de acesso do e-book do Curso.

5.2. Referências

BARRETO, A.P.S.O. et al. Ensino de habilidade básicas e o processo de aprendizagem da pessoa com transtorno do espectro autista. In: CORRÊA, F.H.; QUEDAS, C. L. R.; GORLA, J. I. (org.). Autismo: reflexões e

perspectivas. Curitiba: Ponta Grossa: Aya, 2022, p. 93-109.

BARRETO, A.P.S.O. et al. Ensino de habilidade básicas e o processo de aprendizagem da pessoa com transtorno do espectro autista. In: CORRÊA, F.H.; QUEDAS, C. L. R.; GORLA, J. I. (org.). Autismo: reflexões e perspectivas. Curitiba: Ponta Grossa: Aya, 2022, p. 93-109.

BOCK, G. L. K.; GESSER, M.; NUEMBERG, A. H. Desenho Universal para a Aprendizagem: a produção científica no período de 2011 a 2016. Rev. Bras. Educ. Espec., Bauru, v. 24, n. 1, p. 143-160, jan./mar. 2018. BORGES, Adriana Araújo Pereira; SCHMIDT, Carlo. Desenho universal para aprendizagem: uma abordagem para alunos com autismo na sala de aula. **Revista Teias**, v. 22, n. 66, p. 27-39, 2021. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57044>>. Acesso em: 26 out. 2022.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul

DIAS, Simone Regina; et. al. **Práticas inovadoras em metodologias ativas**, Florianópolis: Contexto Digital, 2017. 174 p.

DUARTE, C. P. VELLOSO, R. L. **A importância do atendimento multidisciplinar nos Transtornos do Espectro do Autismo**. São Paulo: Memnon, 2019.

LIMA, L. G. (org). Autismo: práticas e intervenções. São Paulo: Memnon, 2019.

MEC (2020a). **O que é educação a distância?** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12823-o-que-e-educacao-a-distancia>. Acesso em: 23/03/2020.

NUNES, C.; MADUREIRA, I. **Desenho Universal para a aprendizagem: construindo práticas pedagógicas**. Da Investigação às Práticas, v. 5, n. 2, p. 126-143, jul. 2015.

PIMENTEL, FERNANDO SILVIO CAVALCANTE. Letramento digital na cultura digital: o que precisamos compreender? REVISTA EDAPECI: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS COMUNICACIONAIS E INTERCULTURAIS, v. 18, p. 7-16, 2018.

PRAIS, J. L. S.; ROSA, V. F. **Organização da atividade de ensino a partir do desenho universal de aprendizagem: das intenções às práticas inclusivas**. Polyphonia, v. 25, n. 2, jul./dez. 2014.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa; GONÇALVES, Maria Aparecida do Nascimento. **Os princípios do design universal para aprendizagem como suporte para a prática docente inclusiva**. Ensino & Pesquisa, União da Vitória, v. 18, n. 3, p. 104-20, 2020.

SILVA, Gabrielle Lenz da; CAMARGO, Sígla Pimentel Hoher. **Vivência de práticas inclusivas em sala de aula: possibilidades a partir do desenho universal para a aprendizagem**. Atos de Pesquisa em Educação, [S.l.], v. 16, p. e9107, ago. 2021. ISSN 1809-0354. Disponível em: . Acesso em: 07 mar. 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354202116e9107>.

SILVA, M. C.; ARANTES, A.; ELIAS, N. C. **Uso de histórias sociais em sala de aula para crianças com autismo**. Psicologia em Estudo. 2020, v. 25. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/43094>> 03 mai. 2023.

SOUZA, S. R. HAYDU, V. B. COSTA, C. E. (org.) **Análise do Comportamento aplicada ao contexto educacional.** Londrina: Eduel, 2016.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar.** Educação Unisinos, São Leopoldo, RS, v 22, n. 2, p. 147-155, abr-jun 2018.

6. META FÍSICA E CUSTO UNITÁRIO

Oferta de 400 vagas para Curso de Aperfeiçoamento em “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (PPI-EDI)”, para professores com atuação na educação infantil da rede pública de ensino, na modalidade à distância, com 180 horas/aulas. Valor unitário por cursista é de **R\$ 381,70**.

7. VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 152.680,00

8. VIGÊNCIA DO PROJETO

INÍCIO	TÉRMINO
Abril de 2025	Dezembro 2025

9. PÚBLICO

10. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO

CRONOGRAMA DO CURSO DE Curso de Aperfeiçoamento em “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (PPI-EDI)”

Atividades/Subatividades	Período
Planejamento e preparação do curso	Abril / 2025
Preparação de material didático e Ambiente Virtual de Aprendizagem	Abril à dezembro 2025
Divulgação do curso	Abril à maio 2025
Inscrição e seleção de cursistas	Maio / 2025
Homologação de inscrição	Junho / 2025
Contratação e formação de recursos humanos	Maio à junho 2025

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 10/12
---	---

Análise e adaptação de material didático e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	Junho à dezembro 2025
Cadastro de cursistas em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	Maio à junho 2025
Início do curso	Junho 2025
Desenvolvimento dos módulos	Junho à novembro 2025
Elaboração de relatório parcial	Agosto / 2025
Finalização de curso	Novembro / 2025
Preparação e entrega de relatório final	Dezembro / 2025

11. FORMA DE EXECUÇÃO

11.1. RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

ESFERA NACIONAL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA ESFERA ESTADUAL UNIVERSIDADE INSTITUTO NÚCLEO

11.2. RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

Função	Atividade Desenvolvida	Qtd pessoas	Carga hr/mês	Período (mês)
Secretaria	Desempenhar funções da área administrativa: acompanhamento, organização de atividades e articulação e resolução de demandas de profissionais envolvidos na execução do	01	120/mês 30h/semanais	08 MESES

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 11/12
---	---

	curso; organização de planilhas e arquivos referentes ao pleno desenvolvimento do curso, registo de reuniões e encontros, sistematização e monitoramento das ações administrativas do curso, reunir material para relatório do curso.			
Tradutores-intérpretes de Libras (TILS)	Atividades de tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a língua portuguesa oral ou escrita.	02	120/mês 30h/ semanais	06 MESES
Designer	Desenvolver projeto de comunicação e recursos audiovisuais na área gráfica, digital e de desenho industrial (marca, logotipo, layout de publicações, sites, materiais didáticos, vídeoaulas).	01	120/mês 30h/ semanais	08 MESES
Editor de vídeo	Produzir e editar vídeo aulas e materiais audiovisuais. Gestão de rede social.	01	120/mês 30h/ semanais	08 MESES
Administrador do Ambiente Virtual de Aprendizagem	Construir o desenho do Curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem; realizar inscrição e acompanhamento dos cursistas; acompanhar o desenvolvimento dos módulos; acompanhar e realizar acessória aos tutores e professores durante o desenvolvimento dos módulos	02	120/mês 30h/ semanais	08 MESES
Apoio para organização dos produtos gerados pelos cursistas nas disciplinas curriculares	Realizar o monitoramento das inscrições do Curso (caracterização do perfil dos inscritos e abrangência geográfica); digitar e organizar dados produzidos no Curso a partir da aplicação de questionários de caracterização e avaliação dos cursistas e equipe; processo de acompanhamento dos tutores e cursistas a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem e Canal do Youtube dos cursos nos momentos de interação de atividades curriculares síncronas.	02	120/mês 30h/ semanais	06 MESES
Revisor de material	Analisar e adaptar material didático do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para PcD	01	120/mês 30h/ semanais	08 MESES
Revisor de português	Revisor de material didático das disciplinas curriculares e relatórios do Curso.	01	120/mês 30h/ semanais	06 MESES

11.3. MONITORAMENTO

Em conformidade com o artigo 6º do Decreto 6.170/2007 e com o artigo 51 da Portaria MP/MF/CGU nº 127/2008, a função gerencial fiscalizadora será exercida pelo concedente. Assim, o monitoramento da implementação da subação do Curso de aperfeiçoamento em Serviço de Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual, será realizado pela **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO, por meio da DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**, a partir de relatórios parciais e conclusivos encaminhados pela instituição proponente do projeto.

A instituição está ciente de que, caso tenha algum projeto expirado que apresente pendências no encaminhamento e aprovação do relatório final, terá novos repasses de recursos da SECADI suspensos até que a situação seja regularizada.

12. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

12.1 Do curso de Aperfeiçoamento em “Práticas Pedagógicas Inclusivas no contexto da Educação Infantil (PPI-EDI)”

Insumos: Recursos Humanos					
Descrição do Item de despesa	Qtd. de pessoas	CH mensal	Período (Mês)	Valor Mês R\$	Valor Total R\$
Secretário(a)	01	80h	8 meses	2.812,50	22.500
Tradutores-intérpretes de Libras (TILS)	02	80h	6 meses	1.300,00	15.600
Designer	01	80h	8 meses	1.462,50	11.700
Editor(a) de vídeo	01	80h	8 meses	2.812,50	22.500
Administrador do Ambiente Virtual de Aprendizagem	02	80h	8 meses	1.462,50	23.400
Apoio para organização dos produtos gerados pelos cursistas nas disciplinas curriculares	02	80h	6 meses	1.300,00	15.600
Revisor(a) de material	01	80h	8 meses	1.300,00	10.400
Revisor de português	01	80h	6 meses	1.300	7.800
SUBTOTAL	R\$ 129.500,00				
Justificativa: A equipe acima se justificada na necessidade de registro e devolutiva para a sociedade sobre os produtos realizados ao correr do curso, bem como pela necessidade de suporte ao trabalho a ser desenvolvido ao longo da proposta, demandando apoio na gestão e organização das atividades junto aos cursistas, na mediação do contato com parceiros, bem como na organização da rotina administrativa e pedagógica do funcionamento do curso. Por outro lado, demandas relacionadas ao apoio ao desenvolvimento de material didático também são de fundamental importância, inclusive pelo fato de o					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 13/12
---	---

curso lidar com um campo ainda muito carente desse tipo de material. A execução do curso demandará também apoio no âmbito da comunicação, para fins de registro e armazenamento de dados e informações relacionadas com o desenvolvimento do curso. Por fim, por se tratar de um curso que busca ser inclusivo em sua realização, o mesmo apresenta a necessidade de acompanhamento sistemático de TILS nas realizações das atividades que serão desenvolvidas junto aos cursistas.

Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica				
Descrição do item Despesa	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total R\$
Taxa de Gestão Administrativa-Financeira	-	01	13.880,00	13.880,00
Produção E-BOOK (Divulgação)	-	02	1.500,00	3.000,00
Confecção de Camisas p/ o projeto (Divulgação)	-	50	75,50	3.775,00
Postagem de correspondência	-	50	50,50	2.525,00
SUBTOTAL				23.180,00
Justificativa: Quanto aos custos para Produção de E-BOOK, trata-se, ao mesmo tempo, de produto e divulgação das atividades do Curso, afigurando-se como material para consulta, conhecimento e repercussão dessas atividades; e ainda no que se refere a produção de camisas, afiguram-se como meio de engajamento e motivação aos membros da equipe e cursistas ao longo das atividades do curso, e, considerando que nem todos os membros da equipe e cursistas residem na mesma localidade que a Coordenação, serão necessários custos para envio das camisas através de postagem em serviços de malote.				

13. PLANO DE APLICAÇÃO

Do curso de Práticas Pedagógicas Inclusivas no contexto da Educação Infantil (PPI-EDI)

NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
339020	Recursos Humanos	R\$ 129.500,00
339039	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 23.180,00
TOTAL GERAL		152.680,00

Os valores estimados dos bens e/ou serviços constantes neste documento têm como base pesquisa de preço realizada por área competente desta instituição e estão condizentes com os praticados no mercado da respectiva região.

Maceió, 19/11/2024.

Josealdo Tonholo
Reitor da Universidade Federal de Alagoas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 1/12
---	--

PROJETO DE CURSO

SUB-AÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

Órgão/Entidade Proponente	CNPJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS ARAPIRACA	24.464.109/0001-48

ENDEREÇO
Av. Manoel Severino Barbosa, s/n Bairro Bom Sucesso

MUNICÍPIO	UF	CEP	DDD/TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Arapiraca	AL	57309-005	82-3214-1800	elthon@arapiraca.ufal.br (direção Acadêmica)

CÓDIGO DA UNIDADE GESTORA	CÓDIGO DA GESTÃO
577	1031647

NOME DO RESPONSÁVEL	FUNÇÃO	CPF
César Nonato Bezerra Candeias	PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA	653.383.594-72

ESFERA ADMINISTRATIVA
UFAL - Pró-reitoria de Extensão

NOME DO COORDENADOR DO PROJETO	DDD e TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO	CPF
Emerson de Lima	(82)998443559	Emerson.lima@arapiraca.ufal.br	018.450.439-28

1. DO PROJETO

1.1. TÍTULO DO PROJETO

Curso de Formação Continuada para Gestores Escolares em Ensino Inclusivo de Ciências e Matemática

1.2. OBJETIVO GERAL

Capacitar gestores de escolas públicas da região do agreste alagoano para desenvolverem e implementarem práticas inclusivas no ensino de Ciências e Matemática. O curso utilizará ferramentas e métodos que atendam às necessidades de alunos com deficiência visual e auditiva, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Fornecer formação continuada semipresencial:

A formação será oferecida no formato semipresencial, combinando módulos teóricos online e oficinas práticas presenciais, facilitando o acesso de gestores da região do agreste alagoano. O foco será na inclusão de alunos com deficiência nas disciplinas de Ciências e Matemática.

2. Colaborar com especialistas em Libras e deficiência visual:

O curso contará com a participação de professores de Libras e especialistas em ensino de deficientes visuais. A colaboração será essencial para a criação de práticas pedagógicas acessíveis, além de materiais didáticos adaptados para esses alunos.

3. Desenvolver e implementar kits didáticos adaptados:

Uma parte importante do curso será a elaboração de kits didáticos específicos para o ensino de Ciências e Matemática, adaptados para alunos com deficiência visual. Esses kits serão fundamentais para garantir que o conteúdo seja acessível a todos os alunos.

4. Sensibilizar e formar gestores para a importância da inclusão:

O curso visa também sensibilizar os gestores sobre a importância do uso de tecnologias assistivas e de práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Ciências e Matemática. Isso inclui o desenvolvimento de uma cultura escolar voltada para a inclusão e a valorização da diversidade.

1.3.1 Objetivos Específicos: Gestão de Recursos e Planejamento Pedagógico

- a) **Capacitar gestores escolares para o planejamento estratégico de recursos financeiros e materiais**, com foco na otimização do uso de programas como o PDDE-SRM e outros financiamentos destinados à inclusão educacional.
- b) **Desenvolver habilidades para a elaboração e adaptação do Projeto Político-Pedagógico (PPP)**, garantindo que ele contemple práticas inclusivas e estratégias pedagógicas voltadas ao ensino de Ciências e Matemática para alunos com deficiência.
- c) **Orientar gestores sobre práticas eficientes de gestão e prestação de contas de recursos financeiros e tecnológicos**, promovendo a transparência e a aplicação sustentável em ações de acessibilidade e inclusão.
- d) **Incentivar o planejamento participativo e colaborativo na construção de ações pedagógicas**,

envolvendo a comunidade escolar, professores especializados, e famílias no desenvolvimento de práticas inclusivas.

- e) **Garantir a implementação de metodologias pedagógicas alinhadas aos princípios da inclusão**, utilizando recursos financeiros e materiais de forma integrada ao planejamento educacional.

1.3.2 Objetivos Específicos: Modelo Social de Deficiência e Combate ao Capacitismo

- a) **Promover a compreensão do modelo social de deficiência** como abordagem central para a educação inclusiva, enfatizando a superação de barreiras sociais, culturais e físicas que limitam o acesso e a participação plena de alunos com deficiência.
- b) **Capacitar gestores escolares para identificar e eliminar práticas capacitistas** no ambiente escolar, promovendo atitudes e linguagens inclusivas entre professores, alunos e toda a comunidade educativa.
- c) **Desenvolver estratégias para a implementação de ações educativas baseadas no modelo social de deficiência**, incluindo adaptações curriculares e metodológicas que valorizem as capacidades individuais dos alunos.
- d) **Fomentar a construção de uma cultura escolar inclusiva** que reconheça e celebre a diversidade, incentivando a equidade e o respeito às diferenças como valores fundamentais no planejamento pedagógico e na gestão escolar.
- e) **Sensibilizar a comunidade escolar sobre o impacto do capacitismo na exclusão de alunos com deficiência**, criando campanhas e atividades que promovam o protagonismo e a autonomia desses alunos no ambiente educacional.

2. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional brasileiro é um direito garantido por lei, mas sua efetivação, sobretudo no ensino de Ciências e Matemática, ainda enfrenta desafios significativos. Essas disciplinas, por sua natureza abstrata e técnica, requerem abordagens pedagógicas que envolvam materiais específicos e práticas adaptadas, especialmente para alunos com deficiência visual e auditiva. A ausência de preparo adequado por parte dos gestores escolares, que são responsáveis por coordenar e implementar políticas educacionais inclusivas, muitas vezes resulta em barreiras que comprometem o aprendizado e a integração desses alunos.

No agreste alagoano, a realidade educacional é marcada por dificuldades socioeconômicas e falta de recursos, o que agrava o cenário para os alunos com deficiência. A formação continuada de gestores escolares, com foco na inclusão, é essencial para garantir que as escolas ofereçam um ambiente de aprendizagem acessível e equitativo. Gestores capacitados são agentes transformadores, capazes de promover mudanças estruturais e pedagógicas que assegurem a plena participação de todos os alunos no processo educacional.

Este projeto é justificado pela necessidade urgente de preparar gestores escolares para lidar com as especificidades do ensino inclusivo, principalmente nas áreas de Ciências e Matemática. Ao fornecer ferramentas teóricas e práticas, como o desenvolvimento e uso de kits didáticos adaptados e a implementação de tecnologias assistivas, a formação permitirá que os gestores compreendam melhor as necessidades dos alunos com deficiência e sejam capazes de criar estratégias pedagógicas eficazes e inclusivas.

A colaboração de professores de Libras e especialistas em deficiência visual enriquecerá o processo de

formação, garantindo que as soluções propostas sejam práticas e eficazes. Eles proporcionarão uma perspectiva prática e especializada sobre as adaptações necessárias para que alunos com deficiência possam ter uma experiência de aprendizado significativa. Essa colaboração também garantirá que os materiais e as estratégias desenvolvidas sejam realmente eficazes e alinhadas com as necessidades do público-alvo.

Importância na Formação de Gestores

A formação de gestores escolares é vital para que a inclusão não seja apenas uma exigência legal, mas uma realidade nas escolas. Gestores capacitados têm o poder de transformar o ambiente escolar, criando uma cultura que valorize a diversidade e que acolha alunos com deficiência de maneira eficaz e equitativa. Este projeto visa, portanto, fortalecer o papel dos gestores como líderes no processo de inclusão.

Neste projeto, a formação continuada permitirá que os gestores:

- Desenvolvam planos pedagógicos inclusivos, que respeitem as necessidades individuais de cada aluno.
- Implementem práticas e materiais acessíveis no ensino de Ciências e Matemática, utilizando kits didáticos adaptados.
- Sensibilizem suas equipes para a importância da inclusão e para a aplicação de metodologias inclusivas no dia a dia escolar.
- Habilidades de Planejamento Estratégico: Os gestores aprenderão a identificar necessidades prioritárias de recursos e a planejar sua aplicação de forma eficiente, alinhada às demandas da escola e dos alunos.
- Adaptação do Projeto Político-Pedagógico (PPP): Serão capacitados para revisar e elaborar PPPs que contemplem estratégias inclusivas no ensino de Ciências e Matemática, garantindo a acessibilidade nos planos pedagógicos.
- Desenvolvimento de Ações Colaborativas: Aprenderão a envolver a comunidade escolar no planejamento e execução de práticas inclusivas, promovendo engajamento e corresponsabilidade.
- Entendimento do Modelo Social de Deficiência: Os gestores compreenderão como o modelo social promove a autonomia e a equidade ao focar na remoção de barreiras e na adaptação do ambiente escolar às necessidades dos alunos.
- Reconhecimento e Combate ao Capacitismo: Saberão identificar práticas, atitudes e linguagens capacitistas, substituindo-as por abordagens que valorizem as capacidades individuais e promovam a inclusão.
- Sensibilização e Formação da Comunidade Escolar: Adquirirão ferramentas para conscientizar professores, alunos e familiares sobre a importância de combater o capacitismo e de adotar práticas inclusivas.

Impacto do Projeto na Formação dos Gestores

1. Desenvolvimento de Liderança Inclusiva:

- a. Os gestores serão capacitados para assumir um papel de liderança na implementação de práticas inclusivas, transformando as escolas em espaços acessíveis e equitativos.

2. Melhoria no Planejamento e Gestão Escolar:

- a. Por meio do conhecimento sobre gestão de recursos e planejamento pedagógico, os gestores poderão

alocar de forma estratégica os recursos financeiros, tecnológicos e humanos, otimizando o funcionamento das escolas e promovendo a inclusão.

3. Fortalecimento de uma Cultura Inclusiva:

- a. Compreendendo o modelo social de deficiência e combatendo o capacitismo, os gestores fomentarão um ambiente escolar que valorize a diversidade, contribua para a equidade e respeite os direitos de todos os alunos.

4. Impacto na Aprendizagem dos Alunos:

- a. A adaptação de currículos, materiais didáticos e metodologias inclusivas garantirá que alunos com deficiência tenham acesso pleno ao ensino de Ciências e Matemática, promovendo um aprendizado significativo.

5. Engajamento da Comunidade Escolar:

- a. Por meio de estratégias participativas, os gestores envolverão professores, familiares e especialistas na construção de soluções inclusivas, fortalecendo os laços entre escola e comunidade.

6. Desenvolvimento de Competências Técnicas e Práticas:

- a. O aprendizado sobre tecnologias assistivas e adaptações pedagógicas dará aos gestores ferramentas práticas para implementar e sustentar práticas inclusivas no ambiente escolar.

O impacto do projeto será sentido não apenas pelos gestores capacitados, mas por toda a comunidade escolar, à medida que as escolas se tornarem mais preparadas para receber e educar alunos com diferentes tipos de deficiência. Ao capacitar gestores, estamos preparando as bases para um ensino de qualidade e acessível para todos, garantindo que nenhum aluno seja deixado para trás, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas.

3. PRODUTOS ESPERADOS

Os principais produtos esperados do curso são:

- **Capacitação de gestores escolares:** Gestores preparados para implementar e coordenar ações inclusivas no ensino de Ciências e Matemática.
- **Kits didáticos adaptados:** Desenvolvimento e aplicação de kits didáticos específicos para alunos com deficiência visual, adequados ao contexto escolar.
- **Planos de ação inclusivos:** Criação de planos pedagógicos adaptados, que serão aplicados nas escolas participantes.
- **Sensibilização e formação de equipes escolares:** Formação de uma rede de gestores que atuarão como multiplicadores da cultura de inclusão.

4. ESTRUTURA CURRICULAR

O curso será dividido em três grandes módulos, que somam 180 horas de formação (100 horas online e 80 horas presenciais):

- **Módulo 1:** Fundamentos da Educação Inclusiva (30 horas online).
- **Módulo 2:** Acessibilidade no Ensino de Ciências e Matemática (40 horas online).

- **Módulo 3:** Colaboração com Especialistas e Planejamento de Ações Inclusivas (30 horas online).
- **Oficinas Práticas:** Criação e adaptação de materiais e tecnologias assistivas (80 horas presenciais).

5. EMENTA DO CURSO

Módulo 1: Fundamentos da Educação Inclusiva

Carga Horária: 30 horas (online)

Este módulo fornecerá as bases teóricas e práticas para a compreensão da educação inclusiva, com foco na legislação e nos direitos dos alunos com deficiência. O objetivo é preparar os gestores para a implementação de políticas e práticas inclusivas nas escolas públicas.

Conteúdos:

- **Conceitos de Inclusão Educacional:** Introdução aos principais conceitos que regem a inclusão educacional, abordando a diversidade e o direito ao ensino para todos.
- **Legislação e Direitos dos Alunos com Deficiência:** Análise da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e das políticas públicas que regulamentam a inclusão nas escolas. Discussão sobre a implementação de adaptações curriculares e de infraestrutura.
- **Práticas Inclusivas na Gestão Escolar:** Exemplos de boas práticas para a promoção da inclusão, com foco em como os gestores podem liderar a adaptação de métodos e currículos para atender alunos com necessidades especiais.

Módulo 2: Acessibilidade no Ensino de Ciências e Matemática

Carga Horária: 40 horas (online)

Este módulo foca nas adaptações necessárias para garantir que o ensino de Ciências e Matemática seja acessível a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência visual e auditiva. O objetivo é ensinar os gestores a adaptar o conteúdo de acordo com as necessidades específicas dos alunos.

Conteúdos:

- **Inovação Pedagógica e Inclusão:** Exploração de como adaptar metodologias de ensino de Ciências e Matemática para incluir alunos com deficiências.
- **Uso de Tecnologias Assistivas:** Estudo de tecnologias assistivas como softwares de leitura de tela, audiodescrição, amplificadores de som e aplicativos de Libras.
- **Adaptação de Materiais Didáticos:** Desenvolvimento de materiais específicos, como gráficos em relevo, materiais táteis e diagramas visuais simplificados para alunos surdos e cegos.

Módulo 3: Planejamento de Ações Inclusivas

Carga Horária: 30 horas (online)

Este módulo tem como objetivo capacitar os gestores para desenvolver planos pedagógicos inclusivos, colaborando com professores de Libras e especialistas em ensino de deficientes visuais.

Conteúdos:

- **Criação de Planos Pedagógicos Inclusivos:** Desenvolvimento de currículos e estratégias para inclusão de alunos com deficiência, garantindo acessibilidade em todas as disciplinas, com foco em Ciências e Matemática.
- **Colaboração com Especialistas:** Práticas colaborativas com professores de Libras e especialistas na educação de deficientes visuais, abordando a personalização das estratégias de ensino.
- **Monitoramento e Avaliação das Ações Inclusivas:** Estratégias para monitoramento contínuo e ajuste das ações de inclusão implementadas, garantindo eficácia e evolução.

Oficinas Práticas: Desenvolvimento de Materiais e Tecnologias Assistivas

Carga Horária: 80 horas (presenciais)

Este módulo presencial fornecerá uma abordagem prática para a criação de materiais didáticos adaptados e o uso de tecnologias assistivas no ensino de Ciências e Matemática.

Conteúdos:

- **Criação de Kits Didáticos Adaptados:** Desenvolvimento de materiais que atendam alunos com deficiência visual e auditiva, como modelos tridimensionais, gráficos em relevo e recursos audiovisuais adaptados.
- **Simulações de Práticas Inclusivas:** Exercícios práticos em que os gestores adaptarão conteúdos para diferentes deficiências, simulando aulas inclusivas de Ciências e Matemática.
- **Uso de Tecnologias Assistivas:** Treinamento em softwares e ferramentas como leitura de tela, aplicativos de Libras, e audiodescrição, aplicados ao ensino de Ciências e Matemática.

5.1. Temáticas e detalhamentos:

1. Educação Inclusiva: Fundamentos Teóricos e Práticos sobre Inclusão no Contexto Escolar

A Educação Inclusiva vai além do cumprimento de leis; ela visa transformar a escola em um ambiente que acolhe e valoriza a diversidade. Nesse contexto, os gestores escolares devem compreender tanto os fundamentos teóricos que embasam a inclusão quanto as práticas que a tornam viável. Assim nesse item vamos abordar os seguintes tópicos:

- **Marcos Legais da Educação Especial na Perspetiva da Educação Inclusiva**

Descrição:

Este conteúdo explora as legislações que fundamentam a educação especial na perspectiva inclusiva, abordando os direitos garantidos aos alunos com deficiência e as responsabilidades das escolas e gestores.

- **Subtemas:**
 - **História e Evolução da Educação Inclusiva:** Como o conceito de inclusão se desenvolveu globalmente e no Brasil.
 - **Lei Brasileira de Inclusão (LBI):** Análise da Lei nº 13.146/2015 e seus impactos na gestão escolar.
 - **Constituição Federal e Diretrizes da Educação:** A inclusão como direito constitucional e os princípios estabelecidos pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).
 - **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Repercussão da convenção da ONU na legislação brasileira.

- **Exemplo Prático:**

Oficina para análise de casos concretos de escolas que implementaram políticas de inclusão com base nos marcos legais.

- **Justificativa:**

Este conteúdo é essencial para que gestores compreendam o embasamento jurídico de suas práticas, assegurando a aplicação efetiva das políticas de inclusão.

- ***Gestão Escolar, Diversidade e Direitos Humanos***

Descrição:

Discute a gestão escolar a partir de uma perspectiva que valoriza a diversidade e os direitos humanos, promovendo a equidade no ambiente escolar.

- **Subtemas:**

- **Gestão Escolar e Direitos Humanos:** Práticas que fortalecem o respeito à diversidade e combatem o preconceito.
- **Cultura Escolar e Inclusão:** Estratégias para criar uma cultura de acolhimento e valorização das diferenças.
- **Diversidade no Currículo Escolar:** Como a gestão pode promover a interdisciplinaridade e a adaptação de conteúdos para refletir a diversidade social e cultural.

- **Exemplo Prático:**

Desenvolvimento de um plano de ação para inclusão de temas relacionados a direitos humanos no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.

- **Justificativa:**

Este conteúdo é fundamental para formar gestores que liderem escolas inclusivas, promovendo a construção de um ambiente escolar respeitoso e diverso.

- ***Gestão Escolar e Acessibilidade***

Descrição:

Capacitar gestores para implementar práticas de acessibilidade nas escolas, contemplando aspectos físicos, comunicacionais e pedagógicos.

- **Subtemas:**

- **Adaptação de Infraestruturas:** Diretrizes para garantir acessibilidade física, como rampas, banheiros adaptados e sinalização.
- **Acessibilidade Comunicacional:** Ferramentas e estratégias para comunicação inclusiva, incluindo Libras e braille.
- **Acessibilidade Pedagógica:** Metodologias de ensino que assegurem o aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas condições.

- **Exemplo Prático:**

Avaliação da infraestrutura escolar com um checklist de acessibilidade e elaboração de propostas de melhoria.

- **Justificativa:**

A acessibilidade é um pilar da inclusão. Este conteúdo prepara gestores para identificar barreiras e implementar soluções que garantam o acesso pleno à educação para todos os alunos.

- ***PDDE SRM - Financiamento, Adesão e Gestão de Recursos***

Descrição:

Este subtema tem como objetivo capacitar os gestores escolares para compreender e operacionalizar o Programa Dinheiro Direto na Escola – Salas de Recursos Multifuncionais (PDDE SRM), com foco na adesão ao programa, aplicação de recursos e prestação de contas.

Subtemas e Detalhes:

1. Introdução ao PDDE SRM:

- a. Objetivos do programa e sua contribuição para a inclusão educacional.
- b. Tipos de recursos destinados às Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

2. Processo de Adesão ao Programa:

- a. Critérios e etapas para adesão das escolas ao PDDE SRM.
- b. Preenchimento de formulários e plataformas de solicitação de recursos.

3. Gestão e Aplicação de Recursos:

- a. Uso adequado dos recursos financeiros para equipar as Salas de Recursos Multifuncionais.
- b. Exemplos de aquisições permitidas, como materiais pedagógicos, equipamentos de tecnologia assistiva e adequações no espaço escolar.

4. Prestação de Contas e Transparência:

- a. Procedimentos para a prestação de contas ao FNDE.
- b. Ferramentas e práticas para garantir a transparência e o uso eficiente dos recursos.

Exemplo Prático:

- Simulação de um plano de adesão ao PDDE SRM:
 - Identificar as necessidades da escola para a criação ou ampliação de uma Sala de Recursos Multifuncionais.
 - Preencher o plano de ação detalhando os recursos necessários e as justificativas para a solicitação.

Justificativa:

A inclusão desse subtema é fundamental para capacitar gestores a acessar e gerenciar recursos financeiros voltados para a inclusão educacional. O PDDE SRM é uma ferramenta essencial para garantir que as escolas disponham de infraestrutura e materiais adequados para atender às demandas de alunos com deficiência. O domínio desse programa contribui diretamente para a eficácia das práticas inclusivas.

2. Tecnologias Assistivas: Uso de Tecnologias para Inclusão de Alunos com Deficiência

Tecnologias assistivas são recursos e serviços que promovem a funcionalidade de alunos com deficiência, permitindo que eles participem das atividades escolares em igualdade de condições com seus pares.

- **Atendimento Educacional Especializado (AEE): Construção Coletiva e Participativa**

Descrição:

Este conteúdo visa capacitar gestores para liderarem processos de Atendimento Educacional Especializado (AEE), utilizando tecnologias assistivas em uma abordagem colaborativa e participativa.

- **Subtemas:**

- **Fundamentos do AEE:**
- Introdução ao conceito e objetivos do AEE no contexto da inclusão escolar, com base na legislação vigente.
- **Construção Coletiva do AEE:**

Envolvimento de toda a comunidade escolar (gestores, professores, família e especialistas) no planejamento e execução do atendimento.

- **Uso de Tecnologias Assistivas no AEE:**

Ferramentas tecnológicas como softwares de leitura de tela, dispositivos de amplificação sonora, lupas eletrônicas e materiais táteis para atender às necessidades específicas dos alunos.

- **Integração com a Sala de Aula Regular:**

Estratégias para alinhar o trabalho do AEE com o ensino regular, promovendo uma experiência inclusiva para os alunos.

Exemplo Prático:

Simulação de um planejamento de AEE coletivo com o uso de tecnologias assistivas:

- Formação de grupos para analisar as necessidades de alunos com deficiência em um caso fictício.
- Escolha de tecnologias assistivas adequadas para resolver os desafios identificados.
- Elaboração de um plano de ação para integrar o AEE ao currículo escolar, envolvendo professores e famílias.

2.1. Tecnologias Assistivas e Inovação Pedagógica

Objetivo: Capacitar gestores a identificar e utilizar ferramentas tecnológicas que facilitem o aprendizado de alunos com deficiência.

- **Subtemas e Exemplos:**

- **Introdução às Tecnologias Assistivas:** Discussão sobre os tipos de tecnologia e sua aplicação no contexto escolar.

Exemplo: Apresentação de softwares como NVDA (leitor de tela gratuito) e Amara (plataforma de legendagem acessível).

- **Uso Prático no Ensino:** Métodos para adaptar conteúdos de Ciências e Matemática utilizando tecnologias.

Exemplo: Criação de gráficos em relevo e tabelas sonorizadas para representar dados em Matemática.

Justificativa:

A inclusão do AEE no tema "Tecnologias Assistivas" é essencial para garantir que os gestores compreendam a importância da participação ativa da comunidade escolar na construção de um ambiente de aprendizado inclusivo. A abordagem colaborativa e participativa fortalece a eficácia do AEE, promovendo soluções tecnológicas adequadas e

práticas para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Ferramentas assistivas não apenas ajudam alunos com deficiência, mas também promovem inovação no ensino como um todo.

3. Libras e Deficiência Visual: Adaptações para o Ensino de Ciências e Matemática com o Apoio de Especialistas

Este conteúdo aborda a importância de integrar práticas inclusivas no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, destacando o papel das adaptações no ensino de Ciências e Matemática para garantir a participação e o aprendizado de todos os alunos.

Subtemas e Detalhes:

1. O Projeto Político-Pedagógico como Instrumento de Inclusão:

- a. Definição e objetivos do PPP como um guia estratégico para a gestão e o planejamento escolar.
- b. Como o PPP pode refletir o compromisso da escola com a acessibilidade e a diversidade no ensino de Ciências e Matemática.

2. Participação da Comunidade Escolar na Elaboração do PPP:

- a. Envolvimento de professores, alunos, familiares e especialistas na construção coletiva de um PPP inclusivo.
- b. O papel da colaboração entre gestores e professores de Libras e especialistas em deficiência visual na definição de estratégias adaptadas.

3. Adaptações Curriculares no Ensino de Ciências e Matemática:

- a. Inserção de práticas específicas no PPP para atender alunos com deficiência visual e auditiva.
- b. Exemplos: Uso de recursos como materiais táteis, gráficos em relevo e experimentos práticos adaptados, além de intérpretes de Libras nas aulas.

4. Monitoramento e Avaliação no PPP:

- a. Estratégias para acompanhar o impacto das práticas inclusivas no aprendizado dos alunos.
- b. Ferramentas para avaliar a eficácia das adaptações pedagógicas, garantindo sua relevância e aplicação contínua.

Exemplo Prático:

- Desenvolvimento de um capítulo no PPP dedicado às adaptações inclusivas para o ensino de Ciências e Matemática, com diretrizes para práticas pedagógicas que contemplem alunos com deficiência visual e auditiva.
- Criação de um plano de ação dentro do PPP para implementar e avaliar o uso de kits didáticos adaptados e tecnologias assistivas.

Justificativa:

Integrar práticas inclusivas no PPP é essencial para assegurar que a escola tenha um compromisso explícito com a acessibilidade e a equidade no ensino. No contexto de Ciências e Matemática, disciplinas

frequentemente vistas como desafiadoras, um PPP bem estruturado pode proporcionar a base para implementar estratégias que garantam a participação e o aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas limitações.

4. Kits Didáticos: Criação de Materiais Adaptados para o Ensino Inclusivo

O desenvolvimento de kits didáticos adaptados é uma estratégia fundamental para garantir que alunos com deficiência visual ou auditiva possam participar das aulas de Ciências e Matemática de forma ativa e significativa. Neste tópico, os gestores aprenderão:

- **Criação de Kits Didáticos Adaptados:** Como desenvolver materiais acessíveis, como modelos tridimensionais, gráficos em relevo e diagramas táteis, que permitam aos alunos deficientes visuais entender conceitos complexos.
- **Materiais Visuais para Alunos Surdos:** Criação de recursos visuais simplificados que ajudem a reforçar conceitos-chave e permitam uma compreensão mais clara para alunos que utilizam Libras como primeira língua.
- **Oficinas de Desenvolvimento:** Sessões práticas onde os gestores poderão criar e adaptar seus próprios materiais pedagógicos, com orientação de especialistas.

5.2. Referências

1. Educação Inclusiva

- **BRASIL.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
- **MITTLER, Peter.** *Educação Inclusiva: Contextos Sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- **MANTOAN, Maria Teresa Egler.** *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

2. Tecnologias Assistivas

- **BORGES, Célia Regina Rossi.** *Tecnologias Assistivas e Comunicação Alternativa para Inclusão Escolar*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.
- **ALVES, Luciana Maria.** *Tecnologias Assistivas no Processo Educativo de Alunos com Deficiência Visual*. São Paulo: Editora Cortez, 2019.
- **BRASIL.** Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

3. Libras e Ensino de Deficientes Visuais

- **FERREIRA, Ladislau R.; ALMEIDA, Mara C.** *Ensino de Ciências para Alunos com Deficiência Visual*. Brasília: Líber Livros, 2014.
- **QUADROS, Ronice Muller de.** *Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

- **BRITO, Lucinda Ferreira.** *Por uma Gramática de Libras*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

4. Adaptação de Materiais e Kits Didáticos

- **MARQUES, Júlio César de Sousa.** *Desenvolvimento de Materiais Didáticos Inclusivos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.
- **SASSAKI, Romeu Kazumi.** *Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos*. Rio de Janeiro: WVA, 2002.
- **UNESCO.** *Directrices para la Inclusión: Asegurando el Acceso a la Educación para Todos*. Paris: UNESCO, 2005.

6. META FÍSICA E CUSTO UNITÁRIO

Ofertar curso de Formação continuada para gestores escolares de 180 horas (carga horária) para 360 cursistas com custo unitário de R\$ 697,58 (cálculo = custeio/qtd. de vagas ofertadas).

7. VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 251.130.00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 14/12
---	---

8. VIGÊNCIA DO PROJETO

INÍCIO	TÉRMINO
Março de 2025	Novembro de 2025

9. PÚBLICO

O público-alvo deste projeto de formação continuada são **gestores escolares** das redes públicas de ensino, especificamente diretores, coordenadores pedagógicos e outros líderes educacionais que atuam diretamente na administração e gestão de escolas. O foco principal está em capacitar esses gestores para o desenvolvimento e implementação de práticas inclusivas no ensino de Ciências e Matemática, especialmente voltadas para alunos com deficiência visual e auditiva.

10. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO

CRONOGRAMA DO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA GESTORES ESCOLARES EM ENSINO INCLUSIVO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

Atividades/Subatividades	Período
--------------------------	---------

<i>Introdução e Organização do Curso</i> • Atividades: ○ Seleção e integração dos gestores participantes no curso. ○ Apresentação da plataforma EAD e tutorial de acesso às atividades online. ○ Início do Módulo 1: Fundamentos da Educação Inclusiva (teoria online). ○ Primeiras atividades de leitura e reflexão sobre legislação e direitos dos alunos com deficiência. • Carga horária: 10 horas (online).	1º mês
<i>Fundamentos da Educação Inclusiva e Preparação para Oficinas</i> • Atividades: ○ Continuação do Módulo 1: discussão sobre as práticas inclusivas e desafios da gestão escolar. ○ Estudo de casos sobre inclusão em escolas da região. ○ Avaliação parcial do progresso dos gestores no Módulo 1. ○ Preparação para as oficinas práticas. • Carga horária: 20 horas (online).	2º mês
<i>Acessibilidade no Ensino de Ciências e Matemática</i> • Atividades: ○ Início do Módulo 2: Acessibilidade no Ensino de Ciências e Matemática (teoria online). ○ Discussão sobre as adaptações curriculares e uso de tecnologias assistivas. ○ Preparação de materiais para estudo de acessibilidade. ○ Tutoria online para resolução de dúvidas e orientações técnicas. • Carga horária: 30 horas (online).	3º mês
<i>Acessibilidade e Adaptação de Materiais</i> • Atividades: ○ Continuação do Módulo 2: desenvolvimento de estratégias inclusivas nas disciplinas. ○ Estudo sobre o uso de recursos e tecnologias assistivas aplicados ao ensino de Ciências e Matemática. ○ Planejamento de atividades práticas a serem aplicadas nas escolas. • Carga horária: 20 horas (online).	4º mês

<i>Planejamento e Implementação de Ações Inclusivas</i> • Atividades: ○ Início do Módulo 3: Planejamento de Ações Inclusivas (teoria online). ○ Elaboração de planos de ação pedagógicos inclusivos, adaptados para as realidades das escolas participantes. ○ Colaboração com professores de Libras e especialistas em deficiência visual. ○ Avaliação intermediária do progresso dos gestores no curso. • Carga horária: 30 horas (online).	5º mês
<i>Oficinas Práticas Presenciais</i> • Atividades: ○ Realização das Oficinas Práticas (presenciais). ○ Desenvolvimento de kits didáticos adaptados para alunos com deficiência visual e auditiva. ○ Simulação de aulas inclusivas com o uso de tecnologias assistivas. ○ Avaliação das oficinas e ajustes finais nos materiais desenvolvidos. • Carga horária: 80 horas (presenciais).	6º mês
<i>Aplicação Prática nas Escolas</i> • Atividades: ○ Implementação dos planos de ação inclusivos nas escolas participantes. ○ Monitoramento e suporte contínuo aos gestores, via tutoria online. ○ Ajustes e correções dos materiais e práticas implementadas. ○ Coleta de feedback dos gestores e professores das escolas. • Carga horária: 30 horas (acompanhamento online).	7º mês
<i>Finalização Pedagógica</i> • Atividades: ○ Avaliação geral do curso e dos resultados alcançados nas escolas. ○ Preparação e entrega dos certificados aos participantes. ○ Evento final de curso: Palestra e mesa-redonda com participantes e professores do curso. • Carga horária: 20 horas (finalização do curso com Palestras sobre a educação Inclusiva)	8º mês

<i>Finalização Administrativa</i> • Atividades: ○ Finalização do curso: consolidação dos relatórios finais sobre a aplicação prática. ○ Avaliação geral do curso e dos resultados alcançados nas escolas. ○ Relatórios administrativos para prestação de contas e feedback final. • Carga horária: 30 horas (finalização administrativa e relatórios).	9º mês
--	--------

Resumo da Carga Horária Total:

- **Online (teoria):** 100 horas.
- **Presenciais (práticas):** 80 horas.
- **Total:** 180 horas.

11. FORMA DE EXECUÇÃO

11.1. RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

ESFERA NACIONAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA
ESFERA ESTADUAL
UNIVERSIDADE
INSTITUTO
NÚCLEO

11.2. RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

Função	Atividade Desenvolvida	Qtd pessoas	Carga hr/mês	Período (mês)
Função excluída	Atividade excluída			
Função excluída	Atividade excluída			
Intérprete de Libras	Tradução simultânea em Libras durante oficinas e apoio em comunicação inclusiva	4	20	6

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 18/12
---	---

Professor Especialista em Tecnologias Assistivas	Treinamento sobre uso de tecnologias assistivas para Ciências e Matemática	2	40	3
Função excluída	Atividade excluída			
Função excluída	Atividade excluída			
Assistente Administrativo	Apoio administrativo e logístico, controle de documentos, organização das oficinas	2	20	8
Designer Educacional e Especialista em impressão 3 D	Criação e adaptação de materiais didáticos acessíveis, design de kits adaptados	2	20	6
Técnico em AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem)	Alimentação e manutenção da plataforma EAD, suporte técnico para alunos e monitores	2	20	7

11.3. MONITORAMENTO

Em conformidade com o artigo 6º do Decreto 6.170/2007 e com o artigo 51 da Portaria MP/MF/CGU nº 127/2008, a função gerencial fiscalizadora será exercida pela concedente. Assim, o monitoramento da implementação da subação do Curso de aperfeiçoamento em Serviço de Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual, será realizado pela **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO, por meio da DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**, a partir de relatórios parciais e conclusivos encaminhados pela instituição proponente do projeto.

A instituição está ciente de que, caso tenha algum projeto expirado que apresente pendências no encaminhamento e aprovação do relatório final, terá novos repasses de recursos da SECADI suspensos até que a situação seja regularizada.

12. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

12.1 Do curso de 180 horas

Insumos: Recursos Humanos					
Descrição do Item de despesa	Qtd. de pessoas	CH mensal	Período (Mês)	Valor Mês R\$	Valor Total R\$
Intérprete de Libras	4	20	6	1500,00	36.000,00
Assistente Administrativo	2	40	8	1500,00	24.000,00
Técnico em AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem)	2	40	7	1500,00	21.000,00
Designer Educacional e Especialista em impressão 3 D	2	20	6	1500,00	18.000,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 19/12
---	---

SUBTOTAL					99.000,00
-----------------	--	--	--	--	------------------

Justificativa:

A proposta orçamentária foi elaborada com base nas funções essenciais para garantir a execução de um curso de formação continuada em gestão e educação inclusiva, atendendo a todos os requisitos pedagógicos e de acessibilidade estabelecidos no edital. A equipe foi dimensionada para cobrir todas as atividades-chave necessárias ao sucesso do curso, como coordenação pedagógica, desenvolvimento de conteúdos inclusivos, suporte técnico ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA), acompanhamento e monitoria dos participantes, e administração logística.

Cada função foi incluída para atender às etapas do curso, conforme indicado no cronograma de atividades, com profissionais específicos para áreas de educação inclusiva e tecnologias assistivas, essenciais para a adaptação dos conteúdos de Ciências e Matemática.

Obrigações Tributárias e Contributivas						
Descrição do item de despesa	Nº pessoas	Período (Mês)	Nº parcelas	% aplicado	Valor Mês (R\$)	Valor Total (R\$)
Intérprete de Libras	4	6	6	20	1200,00	7.200,00
Assistente Administrativo	2	8	8	20	600,00	4.800,00
Designer Educacional e Especialista em impressão 3 D	2	6	6	20	600,00	3.600,00
Técnico em AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem)	2	7	7	20	600,00	4.200,00
SUBTOTAL						19.800,00

Justificativa:

A inclusão das obrigações tributárias e contributivas na proposta orçamentária é essencial para garantir que o projeto seja conduzido de maneira regular, em conformidade com as exigências legais e fiscais vigentes. Essas obrigações representam uma parte indispensável do custo total do projeto, pois asseguram que todos os aspectos financeiros sejam tratados de forma transparente e ética, evitando penalidades futuras e promovendo a sustentabilidade da iniciativa.

Descrição das obrigações Tributárias e Contributivas:

- **Item excluído conforme solicitação.**
- **Contribuição para o INSS e FGTS:** Prevê-se um adicional de aproximadamente 20% sobre o valor bruto destinado aos profissionais contratados (salários e encargos), abrangendo as contribuições sociais obrigatórias.
- **Outros Encargos e Tributos:** Consideram-se eventuais tributos aplicáveis a aquisições ou serviços pontuais, calculados com base na legislação vigente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 20/12
---	---

Insumos: material de consumo e outros serviços				
Descrição do item Despesa	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total R\$
Papel A4 (resma)	1	30	30,00	900,00
Pincel para Quadro Branco	1	20	8,00	160,00
Tinta compatível com eco tanque (kit-4 cores)	1	4	100,00	400,00
Apagador para quadro branco	1	6	15,00	90,00
Filamento para impressora 3D	1	50	123,00	6.150,00
SUBTOTAL				7.700,00
Justificativa: • Papel A4 e Cartuchos de Impressora: Essenciais para a produção e distribuição de materiais didáticos e documentos administrativos ao longo do curso. • Pincel para Quadro Branco: Necessário para as oficinas presenciais, garantindo a interação e prática de conteúdos em sala. • Tinta compatível com eco tanque (kit-4 cores): Essencial para impressão de documentos e materiais de atividades. • Filamento para impressora 3D: Será de extrema importância para impressão de Kits e materiais táteis, nas oficinas. •				

Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica				
Descrição do item Despesa	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total R\$
Aluguel de Notebook	8	8	200/mês	12.800,00
Datashow (aluguel)	6	4	250/mês	6.000,00
Webcam para Aulas EAD	6	6	150/mês	5.400,00
Microfone para EAD	6	6	100/mês	3.600,00
Almoço e lanche para encontros presenciais (4 encontros)	4	370 pessoas	50/mês	74.000,00
Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes)				22.830,00
Subtotal aluguel de equipamentos				27.800,00
Subtotal contratação de Buffet				74.000,00
SUBTOTAL				124.630,00
Justificativa: • Aluguel de Notebooks: Facilitar o acesso ao conteúdo digital e atividades prática, especialmente para gestores que possam não dispor de equipamento próprio. • Datashow (Aluguel): Para projeção de conteúdos visuais e apresentação de slides durante as oficinas presenciais.				

- **Webcam e Microfone:** Equipamentos de gravação e transmissão de aulas EAD com qualidade adequada para assegurar uma experiência de aprendizado satisfatória.
- **Organização e Conforto:** Garantir que os 370 participantes tenham alimentação durante os 4 encontros proporciona conforto e foco no aprendizado, além de reduzir o tempo de deslocamento durante o evento. Nesses 370 participantes, temos 360 cursistas mais os professores e monitores.
- **Integração e Interatividade:** Momentos como o coffee break incentivam a interação entre os gestores e facilitadores, promovendo um ambiente colaborativo e de troca de experiências entre os participantes do curso.
- Essa previsão de custos cobre todas as necessidades de alimentação para os encontros, garantindo o sucesso e a qualidade da experiência dos participantes.
- Esses materiais e equipamentos foram planejados para atender a todas as necessidades do curso, promovendo um ambiente inclusivo e bem equipado para gestores e instrutores durante o período de 8 meses.

13. PLANO DE APLICAÇÃO

Do curso de Formação de Gestores Escolares

NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
33.90.36	Outros serviços de terceiros – pessoa física;	99.000,00
33.90.47	Contribuições tributárias e contributivas	19.800,00
33.90.30	Material de consumo	7.700,00
33.90.39	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes) (10%)	22.830,00
33.90.39	Pessoa Jurídica	101.800,00
TOTAL GERAL		251.130,00

Justificativa para a Utilização da Fundação FUNDEPES

Para a execução administrativa e financeira do projeto, optou-se pela contratação da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES), com base no artigo 1º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, combinado com o inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Essa escolha justifica-se pelas seguintes razões:

1. Experiência e Competência em Gestão de Recursos Públicos e Privados

Está incumbida estatutariamente de apoiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e de desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Alagoas;

A FUNDEPES possui ampla experiência na gestão de projetos educacionais e científicos, sendo uma

instituição reconhecida pela eficiência na administração de recursos. Essa expertise garante a execução financeira responsável e em conformidade com as exigências legais, minimizando riscos de auditorias ou penalidades.

2. Transparência e Prestação de Contas

A fundação oferece um sistema de gestão transparente, com relatórios financeiros detalhados e prestação de contas periódica. Isso facilita o acompanhamento dos gastos por parte dos responsáveis pelo projeto e das instituições financiadoras, garantindo o uso correto e eficiente dos recursos.

3. Agilidade nos Processos Administrativos e Financeiros

A FUNDEPES conta com uma estrutura administrativa que permite maior agilidade na contratação de serviços, aquisição de materiais e pagamento de colaboradores, evitando atrasos e burocracias excessivas, comuns na gestão direta de recursos por instituições públicas.

4. Suporte Técnico e Jurídico

A fundação oferece suporte técnico e jurídico para todas as etapas do projeto, desde a elaboração de contratos até a execução de despesas, assegurando que todas as atividades estejam em conformidade com a legislação vigente.

5. Redução da Carga Administrativa para a equipe do Projeto

Ao delegar a gestão de recursos para a FUNDEPES, a equipe do projeto pode concentrar seus esforços na execução pedagógica e técnica, garantindo foco nos objetivos educacionais e nos resultados esperados.

6. Credibilidade Institucional

A FUNDEPES é reconhecida por seu compromisso com a qualidade e a transparência na gestão de projetos. Sua participação agrega credibilidade ao projeto, fortalecendo sua imagem junto a parceiros e financiadores.

Os valores estimados dos bens e/ou serviços constantes neste documento têm como base pesquisa de preço realizada por área competente desta instituição e estão condizentes com os praticados no mercado da respectiva região.

Arapiraca, 28 de outubro de 2024.

Josealdo Tonholo
Reitor(a) da Universidade
Federal de Alagoas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

PROJETO DE CURSO

SUB-AÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Órgão/Entidade Proponente	CNPJ
Universidade Federal de Alagoas	24.464.109/0001-48

ENDEREÇO
Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió – AL

MUNICÍPIO	UF	CEP	DDD/TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Maceió	AL	57072-970	(82) 3214-1100	gr@reitoria.ufal.br

CÓDIGO DA UNIDADE GESTORA	CÓDIGO DA GESTÃO
153037	15222

NOME DO RESPONSÁVEL	FUNÇÃO	CPF
Josealdo Tonholo	Reitor	163.923.988-05

CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO	MATRÍCULA
RG: 16.554.981 Ssp/SP	Prof. de Magistério Superior	1121401

ENDEREÇO	CEP
Residencial Monte Belo, Quadra A, Rua D, Número 14, Serraria, Maceió	57046-415

ESFERA ADMINISTRATIVA
Federal

COORDENADORA DO PROJETO	TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO	CPF
Danielly Spósito Pessoa de Melo	(82) 999140506	danielly.sposito@proest.ufal.br	01854289403



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

1. DO PROJETO

1.1. TÍTULO DO PROJETO

Curso Audiodescrever no cotidiano escolar: cultura que floresce em Alagoas.

1.2. OBJETIVO GERAL

Construir saberes e práticas da audiodescrição com professores/as da Rede Pública da Educação Básica de Alagoas.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir sobre as normativas que asseguram direitos às pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Dialogar com a importância de acolher e construir vínculos no ambiente escolar;
- Apresentar aspectos técnicos e metodológicos da audiodescrição no cotidiano escolar;
- Fomentar a cultura da inclusão através de atividades inclusivas no cotidiano educacional.

2. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A partir de 2020, a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), através da Pró-Reitoria Estudantil, construiu um espaço coletivo que promove ações que investem profundamente na formação da comunidade acadêmica, na área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Dezenas de ações e iniciativas foram realizadas, resultando na articulação do tema AUDIODESCRIÇÃO como ação voltada à comunidade acadêmica e escolar alagoana. Em 2021 a Ufal apresentou projetos à Rede Nacional de Formação Continuada de Professores (Renafor), um deles na área de audiodescrição.

Em 2024, as 1889 inscrições no curso de audiodescrição mostraram que o caminho pedagógico-afetivo construído a partir da audiodescrição não proporciona apenas exercícios práticos e técnicos que instrumentalizam a comunidade escolar na AD. O pedagógico-amoroso, tão defendido e alertado por Paulo Freire é um percurso que a Ufal também acredita e investe pois “Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita” (FREIRE, 1982, p. 29).

Com isso, ao oferecer o curso a Ufal contribui com o fortalecimento da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Renafor) e fomenta a construção de um atendimento educacional que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade para minimização de barreiras que limitam/impedem a plena participação de estudantes com necessidades específicas (PNNNNN, 2008, p. 16).

É pensando na importância do desenvolvimento profissional permanente que as ações coletivas e comunitárias se consolidam enquanto prática pedagógica do curso, baseando-se na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

construção de saberes e práticas comprometidas com a permanência, participação e aprendizagem de todas as pessoas envolvidas na educação especial.

O curso será realizado na modalidade de Educação à Distância (EAD), através de Ambiente Virtual de Aprendizagem (Google Classroom), buscando tratar o tema de forma acessível na linguagem, no conteúdo, e, sendo responsável com a seriedade que o tema exige. Para isso será disponibilizado o e-book autoral em vários formatos. Estando organizado para dialogar sobre audiodescrição em três módulos, distribuídos com carga horária suficiente para compreensão e apropriação de conceitos, práticas etc. terão momentos síncronos e assíncronos, debates, espaços para construção de vínculos/redes, avaliativos, reflexivos e propositivos. Não obstante, é fundamental relatar que ao longo das edições anteriores observa-se a importância de manter vínculo contínuo através de mensagens instantâneas, especialmente por se tratar de espaço que enriquece o diálogo e permite acolher afetivamente demandas, dúvidas e vivências das/os cursistas.

Em termos gerais, o curso visa desenvolver ações de formação continuada de profissionais da Rede Pública da Educação Básica que possibilitam a ampliação da expertise em Audiodescrição (AD), para utilizá-lo como recurso didático que fomentará: a) desconstruir barreiras através do diálogo sobre o Modelo Social da Deficiência; b) acesso ao conjunto de normativas que asseguram o atendimento às necessidades educacionais específica; c) contribuir com o desenvolvimento de habilidades comunicacionais de educandas/os e educadoras/es; d) ampliar a participação social no processo de construção de uma sociedade menos desigual e menos capacitista.

3. PRODUTOS ESPERADOS

Tendo em vista que o curso será realizado em formato de Educação à Distância (EAD) espera-se enquanto produtos:

- Aperfeiçoamento de profissionais da Rede Pública da Educação Básica;
- Seleção e capacitação de equipe de tutoria;
- Produção de vídeo aulas/podcast;
- Entrega de kit fomento da audiodescrição para escolas e profissionais concluintes;
- Elaboração de relatório e prestação de contas do projeto.

4. ESTRUTURA CURRICULAR

A audiodescrição trabalha de modo intersemiótico, transformando imagens e ações em palavras, para isso o curso garantirá momentos de diálogo fomentando o desenvolvimento da habilidade/recurso, através da construção de ações/atividades com/na comunidade escolar que estejam voltadas para a acessibilidade. Para isso será utilizado e-book autoral que transversalmente dialoga com a proposta pedagógica-amorosa que prioriza a construção de vínculos, da afetividade, da amorosidade e do cuidado no cotidiano escolar.

Dito isso, a estruturação curricular está baseada em carga horária total de 90h/aula, dividido em três módulos, organizados da seguinte forma:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Módulo 1 - Modelo Social da Deficiência e Audiodescrição no cotidiano educacional (30h);

Módulo 2 - Audiodescrição de livros didáticos (30h);

Módulo 3 - Atividades lúdicas com Audiodescrição (30h).

5. EMENTA DO CURSO

Promover a formação de professoras/es da Rede Pública da Educação Básica no que compete ao uso da Audiodescrição como recurso pedagógico, didático e estratégico para desconstruir barreiras comunicacionais e pedagógicas; e, especialmente, potencializar ambiente escolar inclusivo a partir do princípio do cuidado, afetividade e amorosidade.

5.1. Temáticas e detalhamentos:

Os três módulos estão construídos para experienciar a vivência da audiodescrição com a importância de fomentar vínculos **afetivos e de amorosidade com educandos/as, familiares, e, sobretudo visualizar a possibilidade em articular políticas e família na construção de um ambiente escolar acessível e inclusivo.**

Durante o desenvolvimento das temáticas, as pessoas cursistas terão disponíveis: a) encontros dialógicos síncronos com docentes; b) encontros de revisão assíncronos; c) círculos de cuidados tutoriais semanais; d) momentos síncronos individualizados com tutoria; e) momentos de leitura tutorial. Todas as estratégias elencadas buscam potencializar a perspectiva pedagógica-amorosa que aproxima e integra profissionais da Rede Pública da Educação Básica, construindo espaços para diálogos, partilhas, pesquisas, leituras, análises, autoanálises da prática profissional etc.

Certamente o curso proporcionará um ambiente de diálogo potente para a construção de práticas inclusivas, através da audiodescrição. Especialmente por estar articulado e planejado da seguinte forma:

- **Módulo 1 - Modelo Social da Deficiência e Audiodescrição no cotidiano educacional (30h):** Conceitos, técnicas e aplicação do Modelo Social da Deficiência e da audiodescrição no cotidiano educacional, desde a perspectiva do cuidado e afetividade.
- **Módulo 2 - Audiodescrição de livros didáticos (30h):** Técnicas e aplicação da audiodescrição em atividades de livros didáticos, desde a perspectiva da amorosidade.
- **Módulo 3 - Atividades lúdicas com Audiodescrição (30h):** Técnicas e aplicação da audiodescrição em atividades lúdicas do cotidiano escolar, desde a perspectiva da empatia e afetividade.

Vale salientar que cem concluintes irão receber um kit promocional da AD, composto por: banner explicando elementos básicos para AD no ambiente escolar e um copo personalizado.

5.2. Referências

BRASIL. **Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 13.146**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Resolução CNE/CEB, nº 4/2009. Brasília, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008.

COZENDEY, Sabrina Gomes. COSTA, Maria da Piedade R. Utilizando a Audiodescrição como um recurso de Ensino. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. 3, 2018, p. 1164-1186.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando no silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro, Editora Eduerj, 2012.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.

MACHADO et al. Introdução à audiodescrição didática. Universidade Federal de Pelotas. **Revista La Referencia**, Brasil, 2015.

MARZANO, R. J.; PICKERING, D. J.; POLLOCK, J. E. **O Ensino que funciona: estratégias baseadas em evidências para melhorar o desempenho dos alunos**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2008.

MORAES, Miguel Correia; FILHO, Paulo Romeu (Org). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010, p. 67-83.

MORAES, Miguel Correia; FILHO, Paulo Romeu (Org). **Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo**. Pontes Editora. Campinas. 2016.

ORNSTEIN, S. W.; PRADO, A. R. de A.; LOPES, M. E. **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010.

ROPOLI, E. A. et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. **A escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010.

6. META FÍSICA E CUSTO UNITÁRIO

Ofertar curso com carga horária de 90h/aula, para 200 profissionais, com custo unitário de **R\$ 499,95**.

7. VALOR TOTAL DO PROJETO:

R\$ R\$ 99.990,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

8. VIGÊNCIA DO PROJETO

INÍCIO	TÉRMINO
Fevereiro de 2025	Julho de 2025

9. PÚBLICO

Professores/as da Rede Pública da Educação Básica, que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e/ou com o público da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

10. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO

CRONOGRAMA do Curso **Audiodescrever no cotidiano escolar: cultura que floresce em Alagoas**

Atividades/Subatividades	Período
Planejamento e preparação do curso	Fevereiro/2025
Organização pedagógica e estratégia	Fevereiro/2025
Preparação de Ambiente Virtual de Aprendizagem	Fevereiro/2025
Organização logística do curso	Fevereiro/2025
Seleção, contratação e formação de equipe	Fevereiro/2025
Divulgação do curso	Março/2025
Inscrição e seleção de cursistas	Março/2025
Homologação de inscrição	Março/2025
Cadastro de cursistas em Ambiente Virtual de Aprendizagem	Março/2025
Início do curso	Abril/2025
Desenvolvimento dos módulos	Abr. a Jun./2025
Elaboração de relatório parcial	Maio/2025
Finalização de curso	Junho/2025
Preparação e entrega de relatório final (prestação de contas)	Julho/2025

11. FORMA DE EXECUÇÃO

11.1. RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

ESFERA NACIONAL

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão

Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

ESFERA ESTADUAL

Universidade Federal de Alagoas

Pró-Reitoria de Extensão

Pró-Reitoria Estudantil

11.2. RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

Função	Atividade Desenvolvida	Qtd	H/Mê	Período (mês)
--------	------------------------	-----	------	---------------

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO****DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Secretário/a	Desempenhar funções da área administrativa: acompanhamento, organização de atividades e articulação e resolução de demandas de profissionais envolvidos/as na execução do curso; organização de planilhas e arquivos referentes ao pleno desenvolvimento do curso, registro de reuniões e encontros, reunir material para relatório do curso, elaborar relatórios.	01	80h	6
Apoio administrativo	Reunir informações e dar apoio à gestão de temas administrativos e documentais	01	80h	6
Designer	Desenvolver projeto de comunicação e recursos audiovisuais na área gráfica e digital	01	80h	4
Editor/a de vídeo/podcast	Produzir e editar videoaulas/podcast e materiais audiovisuais	01	80h	3
Audiodescritor/a	Audiodescrever material de Ambiente Virtual de Aprendizagem, material didático, rede social e aulas	01	80h	3
Audiodescritor/a consultor/a	Revisar audiodescrição produzida em Ambiente Virtual de Aprendizagem, material didático, rede social e aulas	01	80h	3
Tradutor/a-intérprete de Libras	Traduzir e interpretar da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a língua portuguesa oral ou escrita	01	80h	3
Administrador/a	Acompanhar e realizar procedimentos para compras, pagamentos, sistematização e monitoramento das ações administrativas do curso, elaboração de relatório	01	80h	6
Apoio AVA	Dar suporte em ambiente virtual para cursistas; organizar ambiente virtual; manter ambiente virtual em pleno funcionamento; cadastrar cursistas em plataformas utilizadas (Sigaa e AVA); emissão de certificados	01	80h	5
Gestão de rede social	Preparar e produzir conteúdo para rede social; gestão de rede social	01	80h	4

11.3. MONITORAMENTO

Em conformidade com o artigo 6º do Decreto 6.170/2007 e com o artigo 51 da Portaria MP/MF/CGU nº 127/2008, a função gerencial fiscalizadora será exercida pela concedente. Assim, o monitoramento da implementação da subação do Curso de aperfeiçoamento em Serviço de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual, será realizado pela **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO**, por meio da **DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**, a partir de relatórios parciais e conclusivos encaminhados pela instituição proponente do projeto.

A instituição está ciente de que, caso tenha algum projeto expirado que apresente pendências no encaminhamento e aprovação do relatório final, terá novos repasses de recursos da SECADI suspensos até que a situação seja regularizada.

12. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Do curso **Audiodescrever no cotidiano escolar: cultura que floresce em Alagoas**.

Insumos: Recursos Humanos					
Descrição	Qtd. de pessoas	Carga Horária (h/mês)	Período (Mês)	Valor Mês R\$	Valor Total R\$
Secretário/a Geral	01	80h	6	1.300,00	7.800,00
Designer	01	80h	4	1.300,00	5.200,00
Editor/a de vídeo	01	80h	3	1.300,00	3.900,00
Audiodescritor/a	01	80h	3	1.300,00	3.900,00
Audiodescritor/a consultor/a	01	80h	3	1.300,00	3.900,00
Tradutor/a-intérprete de Libras	01	80h	3	1.300,00	3.900,00
Administrador/a	01	80h	6	1.300,00	7.800,00
Apoio administrativo	01	80h	6	1.300,00	7.800,00
Apoio AVA	01	80h	5	1.300,00	6.500,00
Gestor/a de rede social	01	80h	4	1.300,00	5.200,00
SUBTOTAL					57.800,00

Justificativa: A contratação da equipe descrita acima, justifica-se pela necessidade de suporte técnico e especializado ao longo do desenvolvimento do curso e para que possamos alcançar precisão na gestão e organização das atividades junto às/aos cursistas. Os recursos humanos são parte primordial na execução do projeto, uma vez que precisaremos da articulação interinstitucional, organização da rotina administrativa e pedagógica do curso, além da atualização de material didático, intervenção na área de comunicação/divulgação nas redes sociais, armazenamento de dados e acompanhamento sistemático de TILSP. É necessário também registrar/documentar os resultados produzidos para que haja a devolutiva à sociedade dos resultados dessa experiência. A equipe será contratada através de bolsas a serem pagas por meio da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa, objetivando operacionalizar e executar o recurso programado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica				
Descrição do item Despesa	Unidade	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Envio de correspondência	Contratação	100	100,00	10.000,00
Contratação de plataforma	Contratação	6	210,00	1.260,00
Produção de copos personalizados	Contratação	130	118,00	15.340,00
Produção de banner personalizado	Contratação	130	50,00	6.500,00
Gestão Administrativa e financeira – Pessoa Jurídica (Fundepes)	Contratação	1	9.090,00	9.090,00
SUBTOTAL				42.190,00
Justificativa: As/Os cem primeiras/os cursistas a finalizarem o curso irão receber através de envio de correspondência, em suas residências, kit contendo um banner sobre audiodescrição e copo/garrafa do curso. As plataformas conhecidas pela população, como Google ou Teams possibilita maior intimidade do público com o AVA, por isso é fundamental a contratação. Tendo em vista a escassez de servidores nos setores relacionados a gestão de projetos e o financeiro da Ufal e a experiência em execução de projetos junto à Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes), torna-se viável e ágil que a gestão do recurso seja trabalhada via pessoa jurídica.				

13. PLANO DE APLICAÇÃO

Do curso **Audiodescrever no cotidiano escolar: cultura que floresce em Alagoas.**

NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
309039	Pessoa Jurídica	99.990,00
TOTAL GERAL		99.990,00

Os valores estimados dos bens e/ou serviços constantes neste documento têm como base pesquisa de preço e estão condizentes com os praticados no mercado da respectiva região.

Maceió, 23 de outubro de 2024.

Danielly Spósito Pessoa de Melo
Coordenadora do projeto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Danielle Marinho Barros da Silva Moura
Coordenadora adjunta do projeto

Josealdo Tonholo
Reitor da Universidade Federal de Alagoas



Emitido em 17/06/2025

PLANO DE TRABALHO DE TED Nº 30/2025 - PROEST (11.00.43.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 20/06/2025 16:48)

DANIELLY SPOSITO PESSOA DE MELO

ASSISTENTE SOCIAL

PROEST (11.00.43.04)

Matrícula: ###504#9

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.sig.ufal.br/documentos/> informando seu número: **30**, ano: **2025**, tipo: **PLANO DE TRABALHO DE TED**, data de emissão: **17/06/2025** e o código de verificação: **bf8c51516a**